

3

MONOPÓLIOS E MISÉRIA

MARTA HARNECKER
GABRIELA URIBE

Adaptação à realidade portuguesa
por um grupo de trabalho



CADERNOS POLÍTICOS DE EDUCAÇÃO POPULAR

CADERNOS POLÍTICOS DE EDUCAÇÃO POPULAR

MONOPÓLIOS E MISÉRIA

**MARTA HARNECKER
GABRIELA URIBE**

**Adaptação à realidade portuguesa
por um grupo de trabalho**



INICIATIVAS EDITORIAIS

Direitos reservados a Iniciativas Editoriais
Tradução e adaptação: Maria José (pseudónimo de uma
equipa de trabalho)

ESQUEMA

1. O sistema capitalista e a mais-valia

A origem dos lucros do capitalista. Aumento do dia de trabalho. Intensificação do trabalho. Aumento da produtividade do trabalho.

2. A reprodução simples e a reprodução ampliada. A acumulação capitalista

Consumo individual e consumo produtivo. A reprodução simples e o regime servil. A reprodução ampliada, uma das características do regime de produção capitalista. A acumulação capitalista e o destino do excedente neste sistema. Os capitalistas não investem voluntariamente, é o sistema que os obriga a investir.

3. A acumulação capitalista e o desemprego

Capital constante e variável. Composição orgânica do capital. A acumulação capitalista e o exército de reserva. O desemprego, um mal necessário do sistema capitalista. O desemprego nos países capitalistas dependentes.

4. Centralização capitalista e monopólios

O processo de centralização capitalista, origem dos monopólios. Os monopólios e a eliminação da livre concorrência. Os monopólios e a guerra.

5. Os monopólios nos países capitalistas dependentes

Estabelecimento de formas monopolistas desde o começo do desenvolvimento industrial. Avanços tecno-

lógicos e restrição do mercado. Burguesia colonizada e colonizadora. O capitalismo português está na fase monopolista.

6. Capitalismo monopolista dependente

Monopólios e capital estrangeiro. Dependência tecnológica. Dependência dos mercados estrangeiros. Os capitalistas estrangeiros investem em Portugal. A luta contra a exploração imperialista é também uma luta contra a própria exploração capitalista no nosso próprio país.

7. Investem no estrangeiro, criam desemprego em Portugal

Os monopólios investem no estrangeiro. Criam desemprego: obrigam os trabalhadores a emigrar. Utilizam-se das remessas dos emigrantes.

8. Os monopólios dominam a agricultura e o comércio

Os monopólios e o comércio: das matérias-primas ao consumo final. Os monopólios e a agricultura: reforçam a concentração capitalista da agricultura e agravam a crise dos pequenos camponeses.

9. A luta do povo contra os monopólios

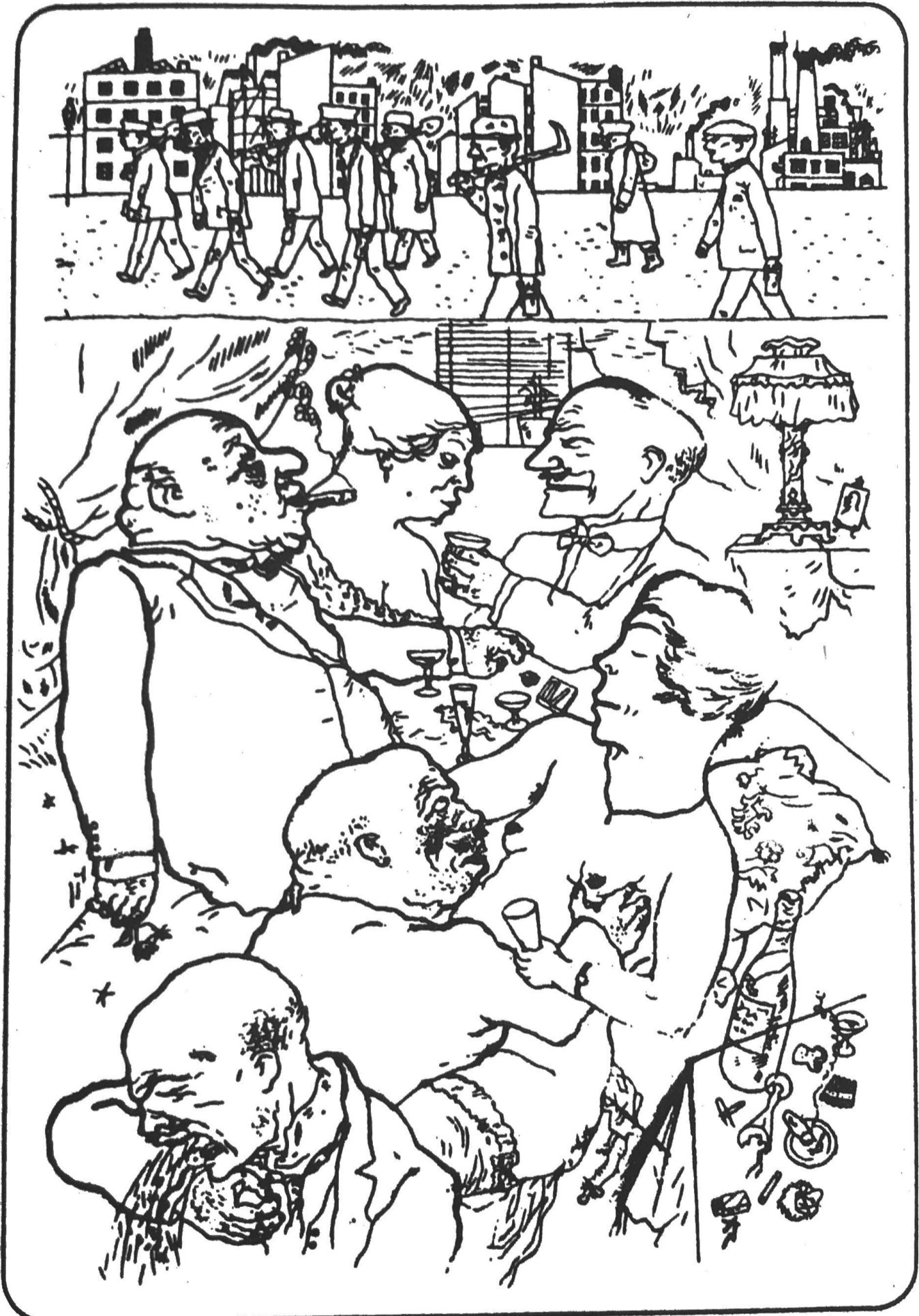
Os monopólios dominam a pequena e a média indústria. A contradição entre a burguesia não monopolista e a burguesia monopolista. A luta do povo pela expropriação dos monopólios.

RESUMO

ANEXOS

QUESTIONÁRIO

BIBLIOGRAFIA



Às 5h da manhã

1. O sistema capitalista e a mais-valia (1)

Como vimos no Caderno Popular anterior, o capitalismo é um sistema de produção que se caracteriza pela existência de um grupo minoritário da população, os capitalistas, que por serem detentores dos meios de produção (2), obrigam a trabalhar para eles aqueles que os não possuem, que são a maioria da população: o proletariado. Este grupo, não dispondo de meios de produção adequados para trabalhar por sua própria conta, vê-se obrigado a vender aos capitalistas o único bem que possui, a sua força de trabalho (3).

O interesse da classe capitalista é ganhar sempre mais, é aumentar, através de todos os meios possíveis, os seus lucros. É com este fim que instala fábricas, empresas comerciais e bancos. À classe capitalista não lhe interessa para nada o bem-estar do povo, como iremos ver; só está interessada em aumentar o dinheiro que lhe entra nas algibeiras.

(1) No Caderno N.º 2 desenvolve-se amplamente este ponto.

(2) Condições materiais necessárias para realizar qualquer trabalho: matérias-primas, instrumentos, máquinas, edifícios, estradas, etc. Ver Caderno N.º 1.

(3) Energia para trabalhar. Ver Caderno N.º 1.

De onde tira o capitalista os seus lucros?

O capitalista contrata um certo número de trabalhadores e paga-lhes um determinado salário. Ele afirma que ao pagar esse salário está a pagar o trabalho que eles realizaram, mas o que o capitalista realmente paga ao operário não é o trabalho que este realiza mas sim a sua força de trabalho (4). Terá alguma importância fazer esta distinção? Sim, porque a quantidade de dinheiro que o capitalista gasta ao pagar a força de trabalho dos seus operários é muito menor que a quantidade de dinheiro que obtém ao vender os produtos por eles elaborados.

Ora bem, como o que o capitalista quer é ganhar mais, interessa-lhe utilizar ao máximo esta força de trabalho, quer dizer, obter dela o maior número possível de produtos.

Como o consegue?

A maneira mais fácil de fazê-lo é prolongar a jornada de trabalho, isto é, fazer trabalhar diariamente os operários o maior número de horas possível.

O trabalhador produz assim muito mais produtos do que aqueles de que o capitalista necessita para pagar a sua força de trabalho, e o di-

(4) Ver o desenvolvimento deste assunto no Caderno N.º 2: Exploração capitalista.

nheiro obtido na venda desses produtos em vez de ir para as mãos de quem os produz é apropriado pelo capitalista.

Quanto maior é a jornada de trabalho mais ganha o capitalista.

Ora bem, à medida que o sistema capitalista cresce e os capitais se concentram num número cada vez menor de mãos, cresce e concentra-se a classe operária que começa a organizar-se para se defender da exploração. Começa então a luta combativa e organizada para encurtar a jornada de trabalho. Através da luta, os trabalhadores conseguiram reduzir o dia de trabalho a mais de metade desde o início do capitalismo aos nossos dias. De 18 horas de trabalho diários passou-se a 8 horas.

Mas aceitará o capitalista, de braços cruzados, a redução do dia de trabalho?

Não, o capitalista não pode aceitá-la, porque isso significaria a redução dos seus lucros. Procura então maneiras de assegurar esses lucros.

Como pode fazê-lo?

Se os trabalhadores o obrigam a encurtar o dia de trabalho, a única maneira dos seus lucros não diminuírem é aumentar a produtividade do trabalho, fazendo com que aumente a quantidade de produtos produzidos no mesmo período de

tempo ou, o que é a mesma coisa, produzindo a mesma quantidade de produtos em menos tempo de trabalho. Se antes produzia 10 pares de sapatos em 10 horas, agora procurará que se produzam 10 pares em 8 horas.

Como consegue aumentar a produtividade do trabalho?

Existem duas maneiras de fazê-lo: intensificando o trabalho e aperfeiçoando os instrumentos de trabalho.

Os capitalistas procuram, por um lado, fazer com que a força de trabalho renda o máximo. Manda fazer estudos para ver quais são os movimentos estritamente necessários para realizar uma determinada tarefa, procurando suprimir todos os movimentos supérfluos. Instala música, melhor iluminação, etc., não por sentimentos humanitários, mas porque isso contribui para que se produza mais.

Mas, como a intensificação do trabalho tem um limite, dado que a partir dum certo momento o operário não pode trabalhar com mais intensidade, porque se esgota fisicamente, não lhe resta outra solução que não seja aumentar a produtividade do trabalho através do aperfeiçoamento dos instrumentos de trabalho.

Assim os instrumentos manuais, relativamente rudimentares, que se usavam nas primeiras indústrias capitalistas, são substituídas por máquinas, que concentram num só mecanismo



as operações que antes eram levadas a cabo por muitos trabalhadores.

Estas máquinas aumentam grandemente a produtividade do trabalho (os teares automáticos modernos produzem uma quantidade muito maior de tecido por hora do que produziam os teares artesanais antigos).

Mas os capitalistas não se contentam em manter os lucros ao mesmo nível, eles querem ganhar sempre mais.

Como é que o conseguem?

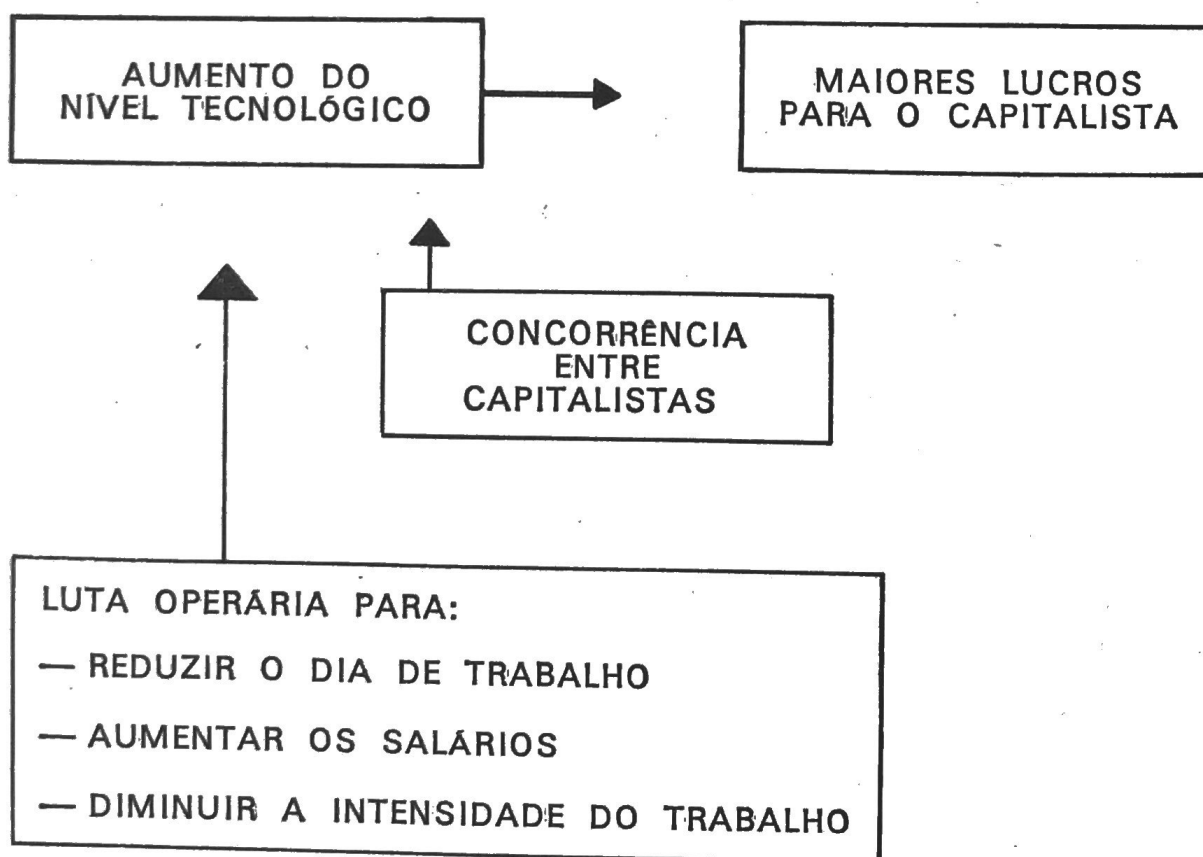
Conseguindo custos mais baixos que os outros capitalistas do seu sector. Se um capitalista consegue que na sua fábrica se produza, por exemplo, com um custo mais baixo que os outros capitalistas do sector têxtil, tem duas possibilidades: ou vende ao mesmo preço que os capitalistas seus concorrentes, conseguindo assim, para além do lucro geral, um **lucro extraordinário**; ou então vende mais barato, roubando clientela e destruindo os seus concorrentes mais pequenos, para depois fixar o preço que mais lhe convenha.

Vemos assim que, uma vez introduzidas as máquinas na produção industrial, o capitalista individual não tem outro remédio que não seja aperfeiçoar continuamente a maquinaria para poder concorrer com os outros capitalistas do mesmo ramo de produção. Se se deixa ficar para trás, se não consegue aumentar a produtividade do trabalho ao mesmo ritmo que os outros, os seus

custos de produção serão mais altos e como tem que vender ao mesmo preço que os restantes, ganhará menos, até que chegue o dia em que não terá lucros e portanto deixará de ter interesse em manter a fábrica. Preferirá fechar as portas e lançar os operários no desemprego.

Resumindo: o capitalista tem uma dupla razão para melhorar o nível tecnológico dos instrumentos de trabalho. Por um lado, sobreviver à concorrência dos industriais do seu sector, produzindo a custos semelhantes que implicam lucros semelhantes; por outro lado, conseguir lucros extraordinários produzindo a custos inferiores aos outros.

Deste modo o sistema capitalista em conjunto tende a melhorar continuamente as condições materiais de produção.



2. A reprodução simples e a reprodução ampliada. A acumulação capitalista.

Mas,

Acontecerá o mesmo nos outros sistemas de produção?

No feudalismo, por exemplo, as riquezas que o senhor feudal extorquia fazendo trabalhar os servos nas suas terras durante uma grande parte do ano, não eram em geral aplicadas no aperfeiçoamento do processo de produção (os instrumentos de trabalho, as sementes, etc.), mas sim esbanjadas principalmente nos prazeres do senhor e sua corte.

Chamamos CONSUMO PRODUTIVO ao que é utilizado directamente no processo de trabalho, quer dizer, o que é gasto na manutenção e ampliação da produção e **CONSUMO IMPRODUTIVO** aquele que não é utilizado directamente no processo de trabalho. O consumo improdutivo pode dividir-se em **CONSUMO IMPRODUTIVO INDIVIDUAL** — o que é consumido individualmente: alimentos, roupas, utensílios domésticos, etc. — e **CONSUMO IMPRODUTIVO SOCIAL**, isto é o que é consumido a nível social: defesa, saúde, etc.

Poderíamos dizer que a maior parte do excedente durante o feudalismo era consumido de forma individual pelas classes dominantes. Isto fazia com que o processo de produção tendesse a reproduzir-se nas mesmas condições anteriores, sem que se produzissem inovações tecnológicas importantes.

Uma coisa muito diferente acontece no sistema capitalista. Este, para poder funcionar, obriga os capitalistas a destinar uma parte importante dos lucros que obtêm, para novos investimentos na empresa, para a ir modernizando de modo a poder competir com as outras do seu sector no mercado.

Para isso, uma parte importante do excedente ou mais-valia no sistema capitalista está destinado para consumo produtivo, isto é, para comprar máquinas novas, ampliar a fábrica, comprar mais matérias-primas, contratar mais trabalhadores, etc. Só a parte restante do excedente pode ser aplicada no consumo improdutivo individual ou social.

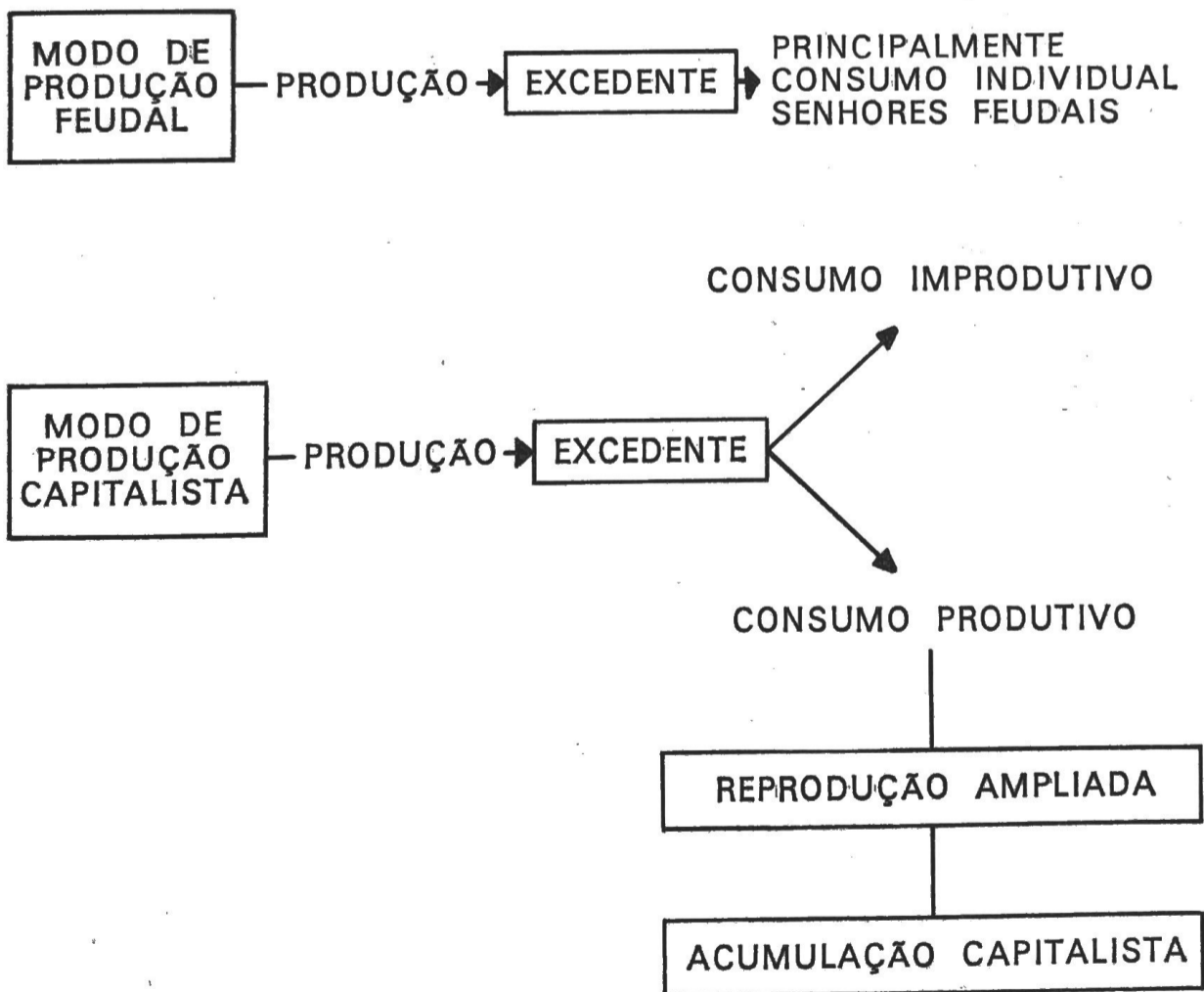
Isto faz com que o processo de produção capitalista se reproduza cada vez em melhores condições tecnológicas, aumentando ao mesmo tempo o caudal de riquezas que se consegue produzir na mesma quantidade de tempo.

Chamaremos REPRODUÇÃO SIMPLES ao processo de produção que se reproduz sempre na mesma escala. Chamaremos

REPRODUÇÃO AMPLIADA ao processo de produção que se reproduz a uma escala sempre crescente.

Uma das características fundamentais do sistema capitalista de produção, que o diferencia do modo de produção feudal, é que **só pode existir se se reproduzir de forma ampliada**, destinando uma parte importante do excedente para consumo produtivo. Isto provoca uma contínua **acumulação de capital**, um contínuo crescimento do dinheiro destinado a comprar meios de produção e força de trabalho.

Crescem as fábricas, modernizam-se, criam-se novas indústrias.



Chama-se ACUMULAÇÃO CAPITALISTA ao processo de desenvolvimento em escala crescente do processo de produção capitalista, que para se realizar requer que se destine cada vez mais dinheiro para o aperfeiçoamento e compra de máquinas e outros meios de produção.

O montante de capital que se consegue investir depende, por um lado, da quantidade de excedente obtido, o que depende em grande medida da exploração dos trabalhadores e, por outro lado, da parte desse excedente que o capitalista destine para consumo produtivo. Não se deve confundir a **acumulação capitalista** com o **crescimento dos bens de consumo pessoal do capitalista**. A primeira refere-se ao processo de produção e efectua-se quando uma parte dos lucros do capitalista é aplicada na compra de meios de produção e da força de trabalho. No entanto quanto maior for a acumulação destinada a ampliar a produção, quanto maior for a parte do excedente destinado ao consumo produtivo, menor será a quantidade de excedente que fica à disposição do capitalista para seu uso pessoal; ou seja a primeira está na razão inversa da segunda.

Antes de precisar qual é a lei que rege a acumulação capitalista e os efeitos que ela tem sobre os trabalhadores, devemos insistir em que este processo de acumulação capitalista não é o resultado do esforço pessoal do capitalista

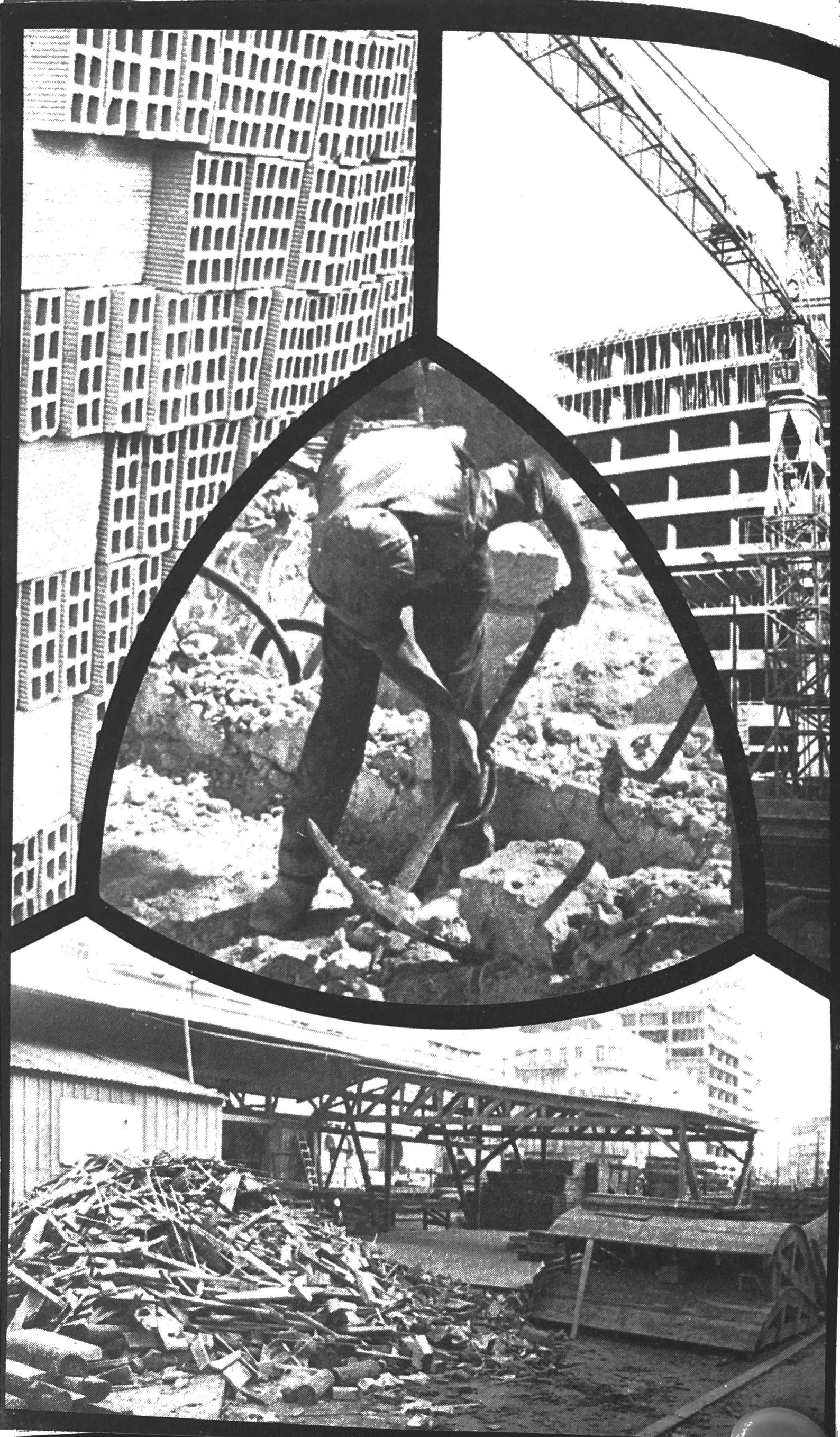
para poupar. O capitalista não tem aqui nenhum mérito pessoal. Se não poupa, se não investe, se não melhora a sua empresa, pura e simplesmente desaparece enquanto capitalista. Além disso devemos recordar que o que ele reinveste na empresa não lhe sai da algibeira, mas **provém do excedente criado pelo trabalho não pago dos seus operários**. O que ele reinveste não é dinheiro obtido com o seu trabalho mas sim **dinheiro obtido com o trabalho dos outros**.

E quando ele instalou a fábrica, de onde sacou esse dinheiro se ainda não tinha feito trabalhar nenhum operário?

Se analisarmos a história dos diversos países, vemos que o dinheiro que os capitalistas reuniram para instalar as primeiras indústrias e comprar a força de trabalho não resultou, salvo raras excepções, dum esforço individual de poupança ⁽⁵⁾, mas sim de acções nada honestas, da exploração dos povos dos países mais atrasados, do comércio de artigos que se vendiam a preços exorbitantes, do roubo, da trifulhice, do empréstimo usurário ⁽⁶⁾, etc.

⁽⁵⁾ Ainda que o capital possa ser no início o produto da poupança do capitalista, acaba sempre por ser, depois de algum tempo de reprodução do processo de produção, o produto do trabalho não pago dos trabalhadores.

⁽⁶⁾ Portugal teve um papel de primeiro plano nesta acumulação primitiva.

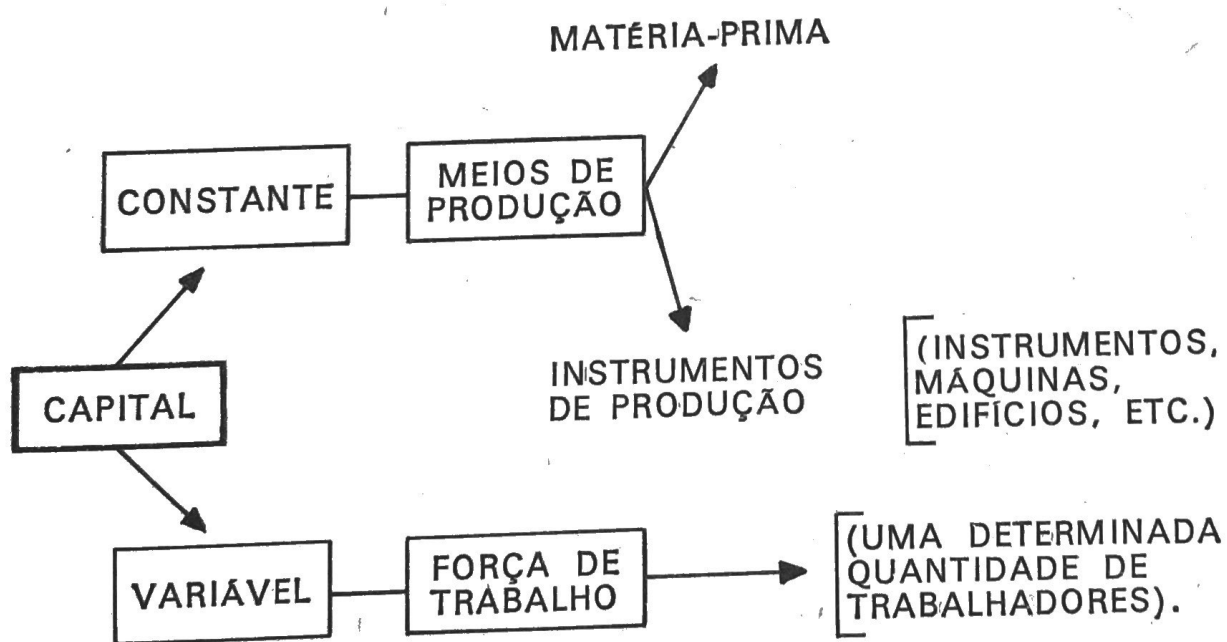


3. A acumulação capitalista e o desemprego

Vamos agora examinar a lei que rege a acumulação capitalista.

Para desenvolver este facto é necessário recordar os conceitos que definimos no Caderno de Educação Popular anterior: os conceitos de capital constante e de capital variável.

Chamamos **CAPITAL CONSTANTE** ao capital que o capitalista emprega na compra de matérias-primas, máquinas, edifícios, etc., isto é, o capital que é empregue na compra dos meios de produção. Chamamos **CAPITAL VARIÁVEL** ao capital gasto na compra de força de trabalho.



Vejamos agora o que acontece ao capital constante e ao capital variável no processo de acumulação capitalista.

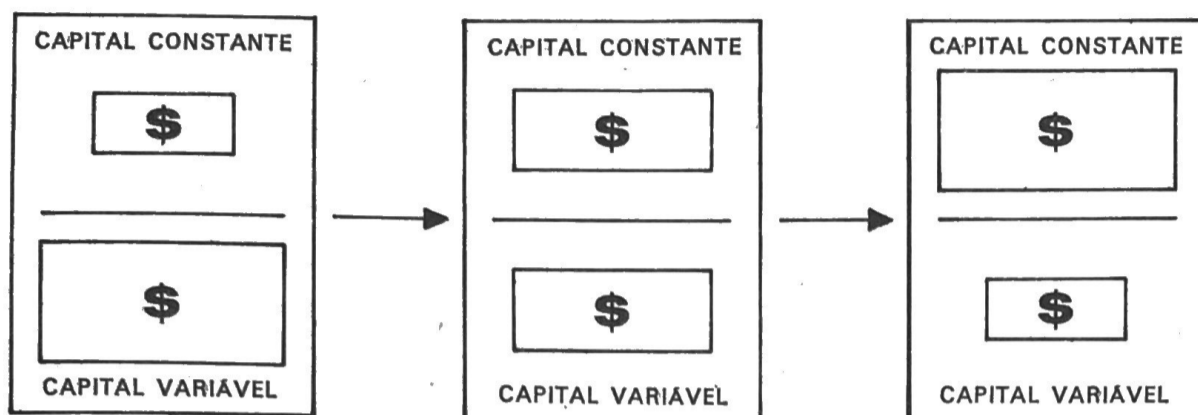
Já vimos que o desenvolvimento capitalista se caracteriza por um processo contínuo de modernização da indústria, o que implica investimentos cada vez maiores de capital destinados à compra de maquinaria cada vez mais moderna, pode-se dizer, **investimentos cada vez maiores em capital constante.**

Porém estas máquinas modernas não só custam muito mais dinheiro que as máquinas rudimentares, como realizam por si mesmas o trabalho de várias destas «libertando» uma grande quantidade de trabalhadores. O trabalho que antes era realizado por 20 trabalhadores têxteis utilizando teares individuais é agora realizado por uma só máquina que emprega 2 ou 3 trabalhadores.

O processo de acumulação capitalista caracteriza-se pois, por um aumento maior do capital destinado à compra de meios de produção que do capital destinado à compra da força de trabalho. **O capital constante cresce, portanto, mais rapidamente que o capital variável.**

Chama-se COMPOSIÇÃO ORGÂNICA do capital à relação que existe entre o capital constante e o capital variável. Quanto maior é o crescimento do capital constante em relação ao do capital variável, maior é a composição orgânica do capital.

AUMENTO DA COMPOSIÇÃO ORGÂNICA DO CAPITAL



TECNOLOGIA POUCA
EVOLUÍDA
(PEQUENA EMPRESA)

TECNOLOGIA
EVOLUÍDA
(GRANDE EMPRESA)

Por exemplo: consideremos dois capitalistas têxteis. O primeiro tem dez teares antigos que lhe custaram 100 mil escudos e emprega 30 operários que recebem um salário de 1200 escudos mensais cada um. O segundo tem 3 teares automáticos que lhe custaram 500 mil escudos e que realizam a mesma produção que os 10 anteriores ocupando somente 9 trabalhadores que recebem o mesmo salário que os primeiros.

No primeiro caso a composição orgânica é 100 000/36 000. No segundo caso é de 500 000/10 800 ⁽⁷⁾.

⁽⁷⁾ Para simplificar o exemplo consideramos como capital constante só o investimento em máquinas, menosprezando a aquisição de matéria-prima.

Não há dúvida que a composição orgânica de capital no primeiro caso é menor que no segundo, o que significa que no primeiro caso se emprega mais força de trabalho e por conseguinte, mais capital variável em relação ao capital constante do que no segundo caso, em que aumentam as despesas em capital constante e diminuem os gastos em capital variável.

Qual é o efeito deste processo sobre a classe operária?

A introdução das máquinas ou o seu aperfeiçoamento num determinado sector industrial torna desnecessária uma grande parte da mão-de-obra, como vimos no exemplo dos teares. Estes trabalhadores são lançados no desemprego.

Mas ficam desempregados para sempre?

Não, já que é necessário criar indústrias para produzir as peças, para produzir a energia com que elas trabalham, etc. Ao mesmo tempo que se fecham fontes de trabalho em certos sectores, abrem-se fontes de trabalho noutros sectores. Por isso os trabalhadores que saem de uma indústria, depois de um certo tempo, deveriam normalmente encontrar trabalho noutras indústrias.

O desenvolvimento capitalista **determina**, portanto, e por sua vez **necessita para poder funcionar**, que exista sempre no mercado de trabalho uma certa quantidade de trabalhadores disponíveis para responder às necessidades de mão-de-obra que os capitalistas possam vir a ter.

É por isso que Karl Marx chamou a estes trabalhadores desempregados, em mudança contínua de uma indústria para outra, «**exército de reserva**» dos capitalistas.

O **desemprego** é por conseguinte, um **efeito** do sistema capitalista. Desde que exista este sistema existirá sempre desemprego. Mas o desemprego não é só um efeito do sistema, mas também uma necessidade deste e por isso os capitalistas nunca farão nada sério para o fazer desaparecer.

Ora bem. Passando a examinar o problema do desemprego no nosso país vemos que existe uma **massa maior** de desempregados que nos países capitalistas desenvolvidos. A esmagadora maioria segue o caminho da emigração. Podemos dizer em números redondos que $1/3$ dos trabalhadores portugueses se encontra a trabalhar no estrangeiro.

A que se deve este aumento do desemprego?

Este aumento do desemprego deve-se ao carácter específico que toma em países como o nosso, o desenvolvimento do capitalismo, que

se efectua **sob a dominação económica dos países capitalistas desenvolvidos.** Nestes países o capitalismo desenvolveu-se de uma forma gradual, tendo-se produzido, a pouco e pouco, avanços tecnológicos que ao serem aplicados na produção, diminuíram a necessidade de mão-de-obra. Mas, ao mesmo tempo, iam aparecendo outras fontes de trabalho, com a criação das indústrias que deviam produzir essas máquinas.

Coisa muito diferente acontece com o capitalismo nos países dependentes como o nosso. Este desenvolvimento não foi de modo nenhum gradual mas, pelo contrário, **por grandes saltos.** E isto porque a tecnologia que se aplica na produção não é uma tecnologia local, própria do País, mas dos países tecnologicamente mais avançados. Isto provoca grandes transtornos ao desenvolvimento das economias dependentes. Quando se introduz a maquinaria moderna importada num sector de produção, por exemplo o têxtil, há um grande número de pequenas empresas que vão à falência, por não poderem competir com as grandes, porque a produtividade das máquinas que empregam é incomparavelmente menor. Uma grande quantidade de pessoas ficam sem trabalho já que estas modernas empresas que se instalam necessitam de muito menos mão-de-obra que o conjunto das pequenas empresas que desaparecem. Por outro lado a situação agrava-se porque estes trabalhadores não têm nenhuma possibilidade de ir trabalhar

nas indústrias produtoras de máquinas, dado que estas não são produzidas no País, mas são importadas dos países capitalistas dominantes.

Vemos portanto que nas economias capitalistas dependentes, o exército dos desempregados que os capitalistas têm à sua disposição **crece continuamente**. Os capitalistas têm todo o interesse na existência desta reserva de trabalhadores e sabem utilizá-la muito bem. Usam-na para pressionar os outros trabalhadores para que não possam pedir salários mais elevados. Os trabalhadores sabem que em qualquer momento podem ser despedidos e substituídos pelos seus companheiros desempregados, que estão dispostos, muitas vezes, a aceitar um salário de fome para poderem ter um emprego. Os capitalistas utilizam esta necessidade dos trabalhadores desempregados de arranjar trabalho para romperem a unidade dos trabalhadores, desviando a luta dos trabalhadores contra os patrões, para uma luta entre trabalhadores.

Em síntese, podemos afirmar que a causa fundamental do desemprego no nosso país é a existência de um regime económico capitalista submetido à dominação dos países capitalistas avançados, à dominação do imperialismo. É por isso que para suprimir o desemprego é necessário destruir o sistema capitalista dependente em que vivemos. Isso não pode ser obra de um governo burguês. Mas sim de um governo popular, controlado pelos próprios trabalhadores.

4. Centralização capitalista e monopólios.

Já vimos como o desenvolvimento capitalista é o resultado da ânsia dos capitalistas em ganharem cada vez mais. Conseguem-no explorando ao máximo os trabalhadores e diminuindo os custos de produção através da modernização das empresas. Estes capitalistas conseguem vender em melhores condições que os demais. A concorrência capitalista elimina assim, pouco a pouco, os capitalistas que vão ficando para trás. Em contrapartida as empresas com maior capacidade produtiva vão-se apoderando de uma parte cada vez maior do mercado. Por esta razão e também porque cada vez são necessários maiores capitais para poder instalar as empresas de alto nível tecnológico, o capital vai-se concentrando num número cada vez menor de mãos.

Este processo de concentração crescente do capital num número cada vez mais reduzido de mãos é o que se chama CENTRALIZAÇÃO DO CAPITAL.

Quando esta centralização abarca a maioria das empresas de um sector de produção, surgem os monopólios.

Os MONOPÓLIOS são grandes empresas que controlam a maior parte da produção do sector a que pertencem.

O caso mais evidente é o de uma só empresa que controla toda a produção, por exemplo a

SIDERURGIA NACIONAL. Mais frequente é no entanto um grupo mais ou menos reduzido de empresas que controlam a esmagadora maioria da produção do seu sector. A refinação de açúcar é feita por quatro empresas: **SIDUL, SORES, REFINARIA ANGOLA** e **RAR**. A produção de margarina está concentrada em 4 fábricas: a **FIMA**, a **Fábrica Nacional de Margarinas**, a **CUF** e a **Agarina**. A cerveja em quatro: a **Soc. Central de Cervejas**, a **Companhia União Fabril Portuense**, a **CERGAL** e a **COPEJA**. A produção de cimento em outras tantas: a **Companhia de Cimentos Tejo**, a **Empresa de Cimentos de Leiria**, a **CIBRA** e a **SECIL**, etc., etc. ...

À medida que os monopólios se vão estabelecendo, vai desaparecendo a chamada livre concorrência. Os monopólios controlam a seu belo prazer o mercado, determinam os preços e a qualidade dos produtos, com um só objectivo: aumentar os lucros.

A burguesia gosta muito de usar o argumento da «livre concorrência» para combater a economia planificada socialista, mas este é um argumento demagógico que, não tem nenhuma base objectiva na situação actual do desenvolvimento capitalista, em que a livre concorrência está muito reduzida e desapareceu nomeadamente dos sectores mais importantes da produção.

Ora bem, como cada vez é preciso mais dinheiro para instalar novas empresas, e como também se requerem grandes somas de dinheiro

para ampliar a produção das empresas já instaladas, produz-se paralelamente à centralização do capital industrial uma centralização do capital bancário. Um número reduzido de bancos, ligados às grandes empresas, controlam todo o dinheiro que circula no país.

Porém, não só as empresas se concentram em empresas monopolistas e os bancos num número reduzido, como ainda estas empresas e estes bancos estão em muito poucas mãos, já que frequentemente um mesmo grupo de pessoas é dono de várias empresas e de um ou mais bancos (⁸). Alguns desses grupos são formados por dezenas de empresas, incluindo as mais importantes empresas industriais, os maiores bancos, as Companhias de Seguros, etc. É o que acontece em Portugal com os grupos CUF, Champalimaud, Português do Atlântico, Espírito Santo, Borges & Irmão, FONSECAS & Burnay, Bulhosa, etc.

Os países capitalistas, onde de início reinava a concorrência, transformaram-se em países em que dominam os monopólios e desaparece em grande parte a concorrência interna para surgirem novas formas de concorrência. Destas a mais conhecida é talvez a publicidade. Vejamos por exemplo o que se passa com o sector da indústria

(⁸) Ver sobre a ligação da indústria com a banca, o conceito de capital financeiro no CEP IMPERIALISMO E DEPENDÊNCIA,

farmacêutica. Das 64 firmas industriais existentes, 11, na sua maioria estrangeiras, dominam o sector. Como o objectivo destas empresas não é contribuir para melhorar a saúde e curar as doenças do povo mas sim obter o maior lucro possível, o que lhes interessa é vender a maior quantidade de medicamentos ao mais alto preço.

Para isso usam vários meios. Muitos dos remédios que põem à venda são praticamente iguais uns aos outros, fazem o mesmo efeito, mas chamam-lhes nomes diferentes, põem-lhes várias marcas, para levarem as pessoas a comprar o máximo. E para ajudar usam a publicidade nos jornais, na rádio, na televisão, etc. De tal modo que, em média, cerca de 17 % do custo dos medicamentos é gasto em publicidade. E onde vão buscar este dinheiro? Aos bolsos do consumidor!

Mas se é certo que a concorrência interna se atenuou a verdade é que se acentuou no campo internacional. São razões de concorrência económica entre os grandes monopólios que estão na origem das últimas guerras mundiais. São razões deste tipo que os levam pela guerra a conquistar ou a submeter ao seu domínio os países menos desenvolvidos (⁹). Exemplos bem nossos conhecidos destas guerras de agressão são as guerras coloniais da Guiné, Angola e Moçambique.

(⁹) Veja-se o CEP IMPERIALISMO E DEPENDÊNCIA.



5. Os monopólios nos países capitalistas dependentes.

Ora bem, o que é que se passou com os países capitalistas dependentes ⁽¹⁰⁾ como o nosso? Percorreram as mesmas etapas que acabamos de descrever?

Não, o caminho que estes países seguiram não foi o mesmo. Em Portugal, por exemplo, estabeleceram-se formas monopolistas desde o início do desenvolvimento industrial, ao mesmo tempo que continuava a haver um grande número de pequenas empresas.

Porque é que nos países dependentes como Portugal os monopólios aparecem desde as primeiras etapas do desenvolvimento industrial?

A razão fundamental é que o desenvolvimento industrial realiza-se utilizando os avanços tecnológicos (máquinas, fórmulas de produtos químicos, processos de produção, etc.) dos países capitalistas mais avançados. Isto foi possível porque se produziu previamente nos países subdesenvolvidos uma grande acumulação de capital comercial e financeiro por parte da burguesia. A burguesia

⁽¹⁰⁾ Sobre o conceito de dependência ver o CEP IMPERIALISMO E DEPENDÊNCIA.

portuguesa para além de ser dependente dos países imperialistas, principalmente da Inglaterra, para onde exportava os minérios, a cortiça, as conservas, o vinho, etc., e de onde importava os produtos manufacturados, vivia ao mesmo tempo da exploração dos povos das colónias e do saque das suas riquezas naturais. De lá importava matérias primas, nomeadamente o algodão, que em parte eram transformadas cá para depois seguirem para as colónias e para os países capitalistas dominantes. Trata-se portanto de uma **burguesia colonizada e colonizadora**. Foi assente na exploração colonial (11) que se desenvolveram algumas indústrias, como a têxtil de algodão, e alguns grupos monopolistas como a CUF. Ao mesmo tempo muitos produtos que eram importados passaram em parte a ser produzidos cá. Mas ao contrário do que aconteceu nos países capitalistas dominantes, em Portugal os produtos mais importantes não começaram por ser feitos num grande número de empresas de pequena dimensão.

Desde o início estabeleceram-se indústrias de grande capacidade de produção, como a Sacor, a Siderurgia do Seixal, etc.; Com efeito, como o mercado é muito pequeno, porque os trabalhadores ganham salários muitos baixos e têm pouco dinheiro para gastar, basta um número muito reduzido de empresas e às vezes uma só para abastecer todo o mercado.

(11) Ver CEP IMPERIALISMO E DEPENDÊNCIA.

Claro que ao mesmo tempo noutros sectores já existentes, formados por muitas pequenas e médias empresas se vai desenrolando um processo de concentração. Dois exemplos clássicos são as moagens que sofreram um forte processo de concentração na década de 30, e o sector dos sabões.

Vejamos este último. A CUF aparece desde o seu nascimento muito ligada à transformação das oleaginosas importadas das colónias, que tinham várias utilizações: nas conservas de peixe, nas farinhas para animais, nos sabões, etc.

Mas existiam muitas outras empresas, grandes e pequenas, entre as quais havia uma grande concorrência. Por volta de 1958, enquanto a quantidade de sabão consumida no país não aumentava muito, o preço das matérias-primas africanas aumentou. Como não havia possibilidade da parte das pequenas empresas em concorrer com as grandes, que conseguiam produzir a preços mais baixos, e como nem grandes nem pequenas tinham possibilidade de vender em concorrência com os grandes produtores mundiais de sabão, optaram pela formação de um cartel, em que a CUF é a empresa leader; esta forma de acordo entre empresas levou muitas das pequenas firmas ou a serem absorvidas pelas grandes ou a fecharem as portas.

A partir de monopólios em sectores base da indústria, na banca e secundariamente no comércio, os grandes capitalistas foram progressiva-

mente estendendo a sua dominação, absorvendo empresas e criando outras.

Em 1964 no reduzido número de empresas com mais de 100 pessoas ao serviço trabalhavam 46,6 % dos operários e empregados de toda a indústria transformadora. Em cinco anos é nítido o aumento da concentração. Com efeito em 1969 as empresas desta dimensão — 3 % das empresas industriais — já empregavam cerca de 55 % de todo o pessoal ao serviço ⁽¹²⁾.

Se observarmos o Anexo I vemos ainda que dos 146 sectores das estatísticas industriais em 1971 pelo menos 49 são sectores em situação de monopólio. É de notar que nestes 49 sectores estão incluídos os sectores básicos da economia: a siderurgia, a refinação de petróleo, adubos e outros produtos químicos, etc. De tal modo que poucos são hoje os sectores onde os monopólios não tenham interesses ou não façam sentir a sua influência. Esta é uma característica básica da economia portuguesa: os monopólios estendem o seu domínio a todos os sectores ⁽¹³⁾ — o capitalismo português está na **fase monopolista**.

A concentração crescente da economia é acompanhada por um grande desenvolvimento das forças produtivas. Em lugar de pequenas fábricas com baixa produtividade que vão à falência ou são absorvidas surgem grandes unidades in-

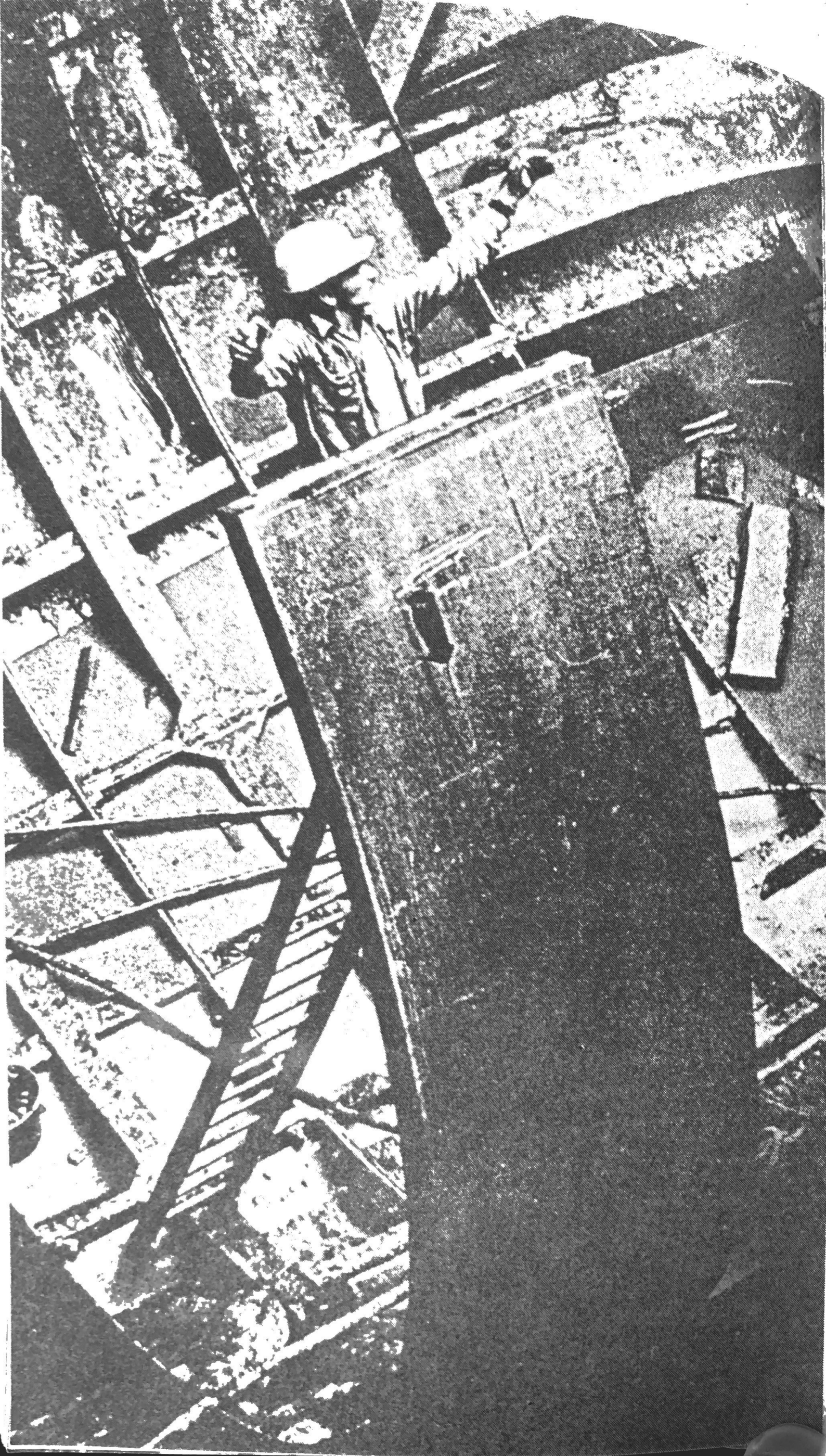
⁽¹²⁾ Ver CEP IMPERIALISMO E DEPENDÊNCIA.

⁽¹³⁾ Veja-se o anexo.

dustriais, de alta produtividade, algumas mesmo quase completamente automatizadas. Poder-se-ia pensar que os preços seriam cada vez mais baixos, os salários mais altos, o dia de trabalho cada vez mais curto. Puro engano. Os ritmos de trabalho aumentam mas o tipo de trabalho não diminuiu e em compensação aumenta o número de trabalhadores desempregados. Os aumentos de salários que os trabalhadores conquistaram com as suas lutas são rapidamente absorvidos pela inflação, pois os preços porque os produtos são vendidos não só não diminuem como aumentam rapidamente. É que a economia capitalista na fase concorrencial ou na fase monopolista não tem por objectivo a satisfação das necessidades das pessoas mas sim a obtenção do máximo lucro. Só que na fase actual, em que os monopólios dominam a economia, as contradições da sociedade capitalista tornam-se ainda mais agudas.

6. Capitalismo monopolista dependente.

Até princípios da década de 60 as grandes empresas monopolistas vendiam essencialmente as suas produções no País, isto é, naquilo a que se chama o mercado interno. Os grupos, a partir dos sectores da economia que controlavam foram aumentando o seu domínio sobre os sectores da economia que lhes forneciam as matérias-primas ou que lhes adquiriam os produtos. Acon-



tece que embora o mercado interno vá aumentando esse alargamento é muito lento e insuficiente em relação às necessidades de expansão do capitalismo. Perante esta situação os grupos tentam passar para outros sectores, reorganizar os seus sectores, ou então lançam-se na procura de mercados externos. Em qualquer dos casos são necessárias técnicas modernas e desenvolvidas para produzir em grandes quantidades, técnicas essas que têm de ser adquiridas aos grandes monopólios estrangeiros. Se considerarmos ainda que muitos dos novos produtos que os capitalistas portugueses pretendem produzir estão em geral monopolizados pelos grandes cartéis mundiais ⁽¹⁴⁾ percebemos que os grandes capitalistas portugueses se tenham que associar cada vez mais aos capitalistas estrangeiros, sendo o seu desenvolvimento de ano para ano mais dependente desses capitalistas.

A Lisnave é um bom exemplo deste novo tipo de actuação. A produção já não se destina ao mercado interno mas à exportação. Para isso a CUF associou-se com grandes construtores navais suecos que também lhe fornecem a técnica. Para além das reparações, a Lisnave constrói partes de barcos. Fazem os cascos dos barcos que depois são levados a reboque para os grandes estaleiros do norte da Europa onde os

(14) Ver CEP IMPERIALISMO E DEPENDÊNCIA.

acabam. Em Portugal fazem-se os trabalhos que levam muita mão-de-obra mas pouca técnica. Os trabalhos mais rentáveis são feitos nos países capitalistas dominantes.

A partir deste investimento o grupo CUF estende a sua influência ao sector da construção naval existente: adquire os estaleiros de Viana do Castelo, o Parry & Son, e já está a construir um grande estaleiro de construção naval — a Setenave — também em associação com empresas estrangeiras. Embora os produtos mais evoluídos sejam importados muitos dos materiais que estas indústrias adquirem passam a ser produzidos cá por empresas criadas ou dominadas pela CUF. A Gaslimpo lava os depósitos dos navios que vão ser reparados, a Repropel repara e fabrica hélices, a E. N. I. dedica-se ao material eléctrico, a metalomecânica do Barreiro desenvolve-se e transfere-se para Setúbal onde vai trabalhar junto à Setenave. Mas como a Setenave e as outras empresas a ela ligadas vão precisar de muita mão-de-obra é preciso construir um bairro para os operários habitarem. Para que o bairro se faça é preciso que alguém faça o projecto. Também aqui encontramos mais uma empresa da CUF — a Profabril que vai receber dezenas de milhares de contos para elaborar o projecto.

Mas não é só a grande burguesia monopolista que está cada vez mais ligada ao capitalismo internacional. A grande burguesia não monopolista e largas camadas da média burguesia para expandirem os seus negócios têm igualmente de

reforçar a sua dependência em relação ao estrangeiro. Vejamos alguns exemplos.

Muitas empresas têxteis durante anos viveram exportando para o mercado africano nomeadamente para as colónias. Quando perderam alguns desses mercados e outros se tornaram mais difíceis tiveram que se lançar para outros mercados. É o caso da Riopelle que reconverteu a sua actividade para a produção de têxteis sintéticos que pudessem competir no mercado europeu. Para isso associou-se à firma multinacional Hoeschst, que passou a deter 50 % do seu capital, que lhe fornece a tecnologia — a técnica necessária para produzir os tecidos «Trevira» — e lhe possibilita o escoamento dos produtos através dos seus poderosos circuitos de comercialização internacionais. Tendo-se internacionalizado, esta empresa ficou numa situação de grande dependência. Mas embora uma parte da mais-valia criada pelos operários portugueses seja apropriada pelo estrangeiro, nem por isso os seus lucros deixam de ser grandes. Pelo contrário a empresa atravessou um período de expansão tendo constituído à sua volta um pequeno grupo de empresas.

Nas indústrias metalomecânicas entre as numerosas que poderíamos citar temos por exemplo a Fábrica Portugal que depois de ter absorvido a Jotocar e a fábrica de fogões Presmalt estabeleceu um acordo com a Siemens para a produção e exportação em grande série de fogões

a gás; ou a Eduardo Ferreirinha & Irmãos que para além de outros produtos, exporta máquinas eléctricas de furar que são vendidas no mercado internacional por uma grande empresa americana com a marca americana...

Da grande empresa mineira à fábrica de máquinas-ferramentas, da grande petroquímica às empresas alimentares, da grande metalomecânica pesada à cerâmica de louça fina, das fundições de peças às confecções, cada vez é mais importante a aliança com o capital estrangeiro.

Para além destas empresas que se internacionalizam mas em que o capital é total ou parcialmente português temos ainda que considerar as numerosas empresas pequenas, médias ou grandes em que tudo é estrangeiro: o capital, a técnica e mesmo nalguns casos as matérias-primas... tudo excepto a força de trabalho...

Nuns casos procuram essencialmente a força de trabalho barata para executar tarefas feitas à base de muito trabalho manual (ex.: confecções, electrónicas, etc.). Noutras, como as fábricas de celulose, vêm cá desvistar riquezas naturais abundantes e baratas. Das 100 maiores empresas industriais pelo menos 25 são estrangeiras ou têm forte participação de capital estrangeiro. Considerando ainda só a indústria existem em Portugal para cima de 700 empresas com participação estrangeira.

Acontece que muitos destes capitalistas estrangeiros têm também interesses num grande

número de outros países. Os grandes monopólios dos países imperialistas espalharam-se por todo o mundo, lançaram os seus tentáculos nos mais diversos países — tornaram-se **empresas multinacionais** ⁽¹⁵⁾. A produção é evidentemente orientada para satisfazer os interesses dessas empresas. Se porventura os negócios não lhes correm bem num país compensam noutro. Se um país não lhes dá suficientes garantias, mudam-se para outros. É o que acontece em Portugal com numerosas empresas que exploram muita mão-de-obra com baixos salários, como a Applied Magnetics, a Sogantal, a Signetics, etc. Quando os trabalhadores exigem aumento de salários, ou melhorias das condições de trabalho, que lhes venham diminuir os seus enormes lucros qual é a reacção destas empresas? Umas fecham as portas, lançando no desemprego centenas de operários que exploraram durante anos e mudam-se com as máquinas para países onde os trabalhadores ainda ganham menos do que cá. Outras ameaçam com a mesma actuação se o Estado não lhes garante os baixos salários, «a paz social» e numerosas regalias que estão habituados a usufruir.

Fazem chantagem porque sabem que o capitalismo português precisa dos capitais estrangeiros, pois se estes o abandonarem, sem a

⁽¹⁵⁾ Por exemplo: a I. T. T., a Unilever, a Philips, a Solvay, a General Motors, a Shell, a Mobil Oil, a Ciba, a Pfizer, a I. C. I., a Mitsui, etc.

Vaga de despedimentos nas multinacionais

As multinacionais continuam a proceder a despedimentos. Esta situação que se verifica na I.T.T., na Bosch e noutras multinacionais estende-se também à Electrónica Signetics de Portugal, totalmente estrangeira, que se dedica à montagem e comercialização de circuitos integrados.

que a administração vem insistindo com o argumento de que a situação do mercado é de retraimento.

Face a uma tentativa de despedimento de 1000 trabalhadores, a comissão de trabalhadores, juntamente com o Ministério do Trabalho, conseguiu um acordo de trabalho da or-

Ameaçados de despedimento 50 por cento dos trabalhadores da firma Robert Bosch

Centenas de trabalhadores da empresa Robert Bosch manifestaram-se, ontem, à tarde, frente à Embaixada da República Federal da Alemanha, em sinal de protesto contra a decisão tomada por aquela firma alemã, de despedir, até 31 de Março do próximo ano, 110 dos seus funcionários (50 por cento do total).

Na mesma altura, no interior do edifício, uma comissão representativa daqueles trabalhadores, dava conhecimento, ao conselheiro e ao adido comercial da Embaixada, dos problemas que os afectam, pedindo-lhes a sua colaboração para sanar e diferendo. A saída, elementos da referida comissão declararam que o embaixador — agora metido no assunto — pediu para não ser dada publicidade do caso na imprensa, prometendo, entretanto, diligenciar no sentido de o Governo do seu país tentar solucionar o problema.

Os manifestantes, que ostentavam cartazes de protesto contra os despedimentos, terminadas as conversações na Embaixada dispersaram-se, seguindo para a sede da firma, onde, à noite, se reuniram para estudo das atitudes a tomar.

Entretanto, como reacção aos despedimentos — a notícia foi comunicada pela entidade patronal aos representantes dos trabalhadores na quinta-feira passada —, realizou-se no último sábado, um plenário de funcionários da sede e das filiais do Porto e de Faro, tendo sido aprovados os seguintes pontos; não goçar qualquer despedimento, seja qual for o pretexto invocado pela administração; ignorar a minuta do plano de indemnizações entregue pela administração (ultrapassa o prescrito na lei), não aceitar qualquer despedimento individual, sem que nas condições participem a comissão de trabalhadores e os delegados sindicais. Destas decisões foram enviados telegramas ao Presidente da República e ao primeiro-ministro.

Para justificar a sua atitude, a entidade patronal argumentou que os despedimentos eram motivados pelo facto de ter sido decidido ex-

volvimento de Portugal. Algumas das gamas de produtos a extinguir abastecem diversas indústrias nacionais de exportação, estando ainda em risco de desaparecer quase toda a linha de electrodomésticos, incluindo a de aparelhagem de televisão e de cozinha — serviços que exigem elevada percentagem de matéria-prima e de mão-de-obra nacionais.

Os trabalhadores, que foram a todos os efeitos não deveriam perder tempo a analisar e discutir a situação, para não verem aumentado o número de despedidos, declararam a argumentação da entidade patronal e decidiram ignorar os despedimentos e as indemnizações postas, por considerarem tais medidas atentórias do direito a

Mil trabalhadores de empresa com capital norte-americano ameaçados de despedimento

A empresa Electrónica Signetics, com capital norte-americano, ameaça reduzir o número de operários ao seu serviço de 1300 para 130, lançando no desemprego mais de mil trabalhadores. O alarme é lançado pelo Sindicato dos Trabalhadores Electricistas do Sul, que esta tarde vai apresentar o problema à imprensa, Rádio e Televisão, durante uma conferência marcada para a sede da Intersindical, às 16 horas.

Esta ameaça de mais uma multinacional é considerada por aquele sindicato «uma ofensa contra a Jovem Democracia em Portugal lançada pelo «capitalismo internacional», e incere-se na perspectiva geral que pode conduzir ao encerramento, num futuro próximo, das fábricas que as multinacionais do material electrónico possuem no nosso País. A confirmar-se este recelo do Sindicato dos Electricistas do Sul, ficarão sem trabalho mais de 15 000 trabalhadores, na sua grande maioria do sexo feminino.

O Ministério do Trabalho tomará medidas para que tal perspectiva se não concretize. O sindicato que...

BRANDT RECEBEU DOS ESTADOS UNIDOS CERTAS GARANTIAS DE NÃO INTERVENÇÃO EM PORTUGAL

Willy Brandt recebeu «garantias» das autoridades americanas de que não haverá intervenção «à chilena» em Portugal, salvo numa situação excepcional.

A notícia é dada por Jean Daniel, director da redacção de «Le Nouvel Observateur», no artigo sobre Portugal, que publica no último número da prestigiada revista francesa.

Daniel e Brandt conversaram a bordo de um avião, de Lisboa para o Porto, num «tête-à-tête» proporcionado pelo ministro Mário Soares. O ex-chanceler não precisou quais as «autoridades» que lhe tinham dado tal garantia.

«Mas que significa situação excepcional? Quem definiu o carácter excepcional da situação? — perguntou Jean Daniel.»

Willy Brandt, segundo o jornalista francês, em resposta a estas interrogações, sacudiu, em ar de dúvida, a cabeça, e afirmou: «Presente-se sempre até onde se pode ir e os riscos que se corre.»

conseguindo
o irio m-
do-
lob-
pedi-
o 25
o de
onse-
a pes-
zir de
ra pre-
as ope-
Algarve
ores con-
e de sa-
Concelhia
Comunista
im comuni-
ta a eleva-
classe da-
es que há
ies apresen-
ais das con-
de contrato
alho e onde
is as aspi-
rimentos da
to esbarraram
pia por par-
mesmo de-
ores terem
etensões os
eram-se na
comunicado:
om a sua po-
gência a tão
5es, pretende
nessa desen-
io como pre-
riar situações
ar as operárias
ainda maior.
itentamento, e
por isso o Go-
o e o Movimen-
armadas.»
jerárias conser-
deixam enganar
Elas lutam uni-
pela satisfação
vindicações, sa-
Je são os indus-
ricos responsáveis
3.»

aliança com eles, não conseguiria concorrer com as empresas dos outros países capitalistas, nomeadamente as do Mercado Comum. O desenvolvimento capitalista em Portugal faz com que cada vez mais sectores da burguesia portuguesa se liguem estreitamente aos interesses do imperialismo.

Todos sabemos que estes capitalistas não perdem uma oportunidade para falarem dos interesses nacionais. Na realidade estão essencialmente ligados aos capitais e interesses imperialistas. A história de muitos países mostra-nos, que a burguesia monopolista e outras camadas da burguesia aliadas do imperialismo são capazes de trair a pátria, de que tanto falam, se para salvarem a carteira isso for necessário ⁽¹⁶⁾.

É por isso que a luta contra a dominação imperialista não é só uma luta entre países mas sim uma luta contra a própria exploração capitalista no nosso próprio país.

7. Investem no estrangeiro, criam desemprego em Portugal.

Vimos como os capitalistas portugueses para expandirem os seus negócios em Portugal precisam cada vez mais de se tornarem dependentes

⁽¹⁶⁾ Lembremo-nos do que aconteceu no Chile.

dos estrangeiros. Mas ao mesmo tempo os grandes capitalistas portugueses também investem e expandem os seus negócios para outros países, igualmente em associação com os capitalistas estrangeiros. É bem conhecido que desde sempre os grandes capitalistas portugueses exportam legal e ilegalmente grande parte da mais-valia produzida pelos trabalhadores, para os países capitalistas da Europa, para os E. U. A. e para a África. Com o desenvolvimento dos monopólios essa saída de capitais toma novas formas.

Porque é que os capitalistas portugueses investem no estrangeiro?

Retomemos o caso da Lisnave de que já falámos. Com outras empresas do mesmo grupo e pela mão dos mesmos parceiros estrangeiros está a participar na construção e exploração do estaleiro do Bareihm. Este estaleiro situado numa zona de grande produção de petróleo vai portanto fazer reparações nos numerosos barcos que lá vão carregar esse produto. Embora a Lisnave vá ganhar muito dinheiro com a sua construção, poderia parecer que este novo estaleiro lhe iria fazer concorrência o que decerto não seria do seu interesse. Mas não. Em termos muito simples o que se vai passar é que neste estaleiro árabe serão feitas as pequenas reparações, ficando em grande parte reservadas para a Lisnave as reparações de maior vulto. Deste modo não só não diminui o número de clientes, pelo contrário, como ainda a Lisnave pode passar a dedicar-se a reparações de maior vulto e rentabilidade, dei-

xando as outras para o estaleiro árabe. Vemos assim que investir no estrangeiro pode ser uma maneira de tornar mais rentável o investimento feito no país de origem, porque melhora a sua posição na concorrência internacional entre os vários estaleiros.

O que se passa com as empresas do grupo CUF, passa-se com os outros grupos como o Grupo Champalimaud, que tendo no mercado interno o monopólio do cimento e da siderurgia se expande para o Brasil onde adquire e cria fábricas de cimento e de ferro.

Em muitos outros casos o que os leva a expandir-se é a procura das matérias-primas de que necessitam:

- a CUF, que é produtora de cobre e de adubos, vêmo-la em Angola associada a capitais suíços a explorar minas deste minério e em conjunto com capitais americanos a extrair fosfato para os seus adubos;
- a Sacor expande-se para Angola, onde para além de ter sido autorizada a instalar uma nova refinaria, procura mais jazigos de petróleo, associada a americanos e franceses;
- no mesmo sector vemos o Grupo Borges associado aos americanos na Cabinda Oil;
- o Grupo Champalimaud, com siderurgia em Angola, olha avidamente as suas minas de ferro e pretende explorar carvão em Moçambique (combustível para a sua siderurgia).

Estes investimentos no Estrangeiro, abrindo-lhes mercados, fontes de matérias-primas ou de lucros, permitem-lhes tornar mais rentáveis as empresas que cá têm. Nomeadamente porque produzindo com matérias-primas mais baratas e em maiores quantidades podem baixar os preços de custo e em consequência aumentar os lucros. Mas que têm os trabalhadores a ver com isto? Todos sabemos que são grandes as necessidades do povo português, que há muita coisa que era necessário produzir cá e a preços mais baixos, todos sabemos também que há milhares de trabalhadores desempregados, muitos dos quais emigram. São grandes pois as necessidades de investimento em Portugal. Mas que interessa isso ao capitalista que na mira do lucro entenda ser mais lucrativo ir investir no Estrangeiro? Nada, evidentemente. O que acontece na realidade é que o aumento da rentabilidade de que falámos atrás significa ainda criação de mais desemprego na medida em que consiste num aumento da produtividade, num aumento de mais-valia relativa.

Mas a expansão não é só industrial. Também os seus lucros seguem o mesmo caminho. Champalimaud tem bancos no Brasil, em Angola, em França, para além de ser um grande accionista de um dos mais importantes bancos europeus — o banco do Suez. O mesmo se passa com o Grupo Bulhosa que tem em França bancos bem conhecidos dos emigrantes portugueses. Esta expansão dos negócios bancários para o Estran-

geiro, particularmente para França, tem uma grande importância no funcionamento do capitalismo português.

Importar capitais — exportar homens.

Vimos no ponto 3 como o desenvolvimento dos monopólios cria desemprego. Esta característica do capitalismo monopolista torna-se ainda mais importante nos países dependentes do imperialismo como o nosso. É o desenvolvimento do capitalismo monopolista dependente que cria o desemprego, que lança para a emigração dezenas de milhares de trabalhadores todos os anos. Mas o capitalismo português não se limita a obrigar a emigrar os trabalhadores. Os emigrantes enviam para cá milhões de contos todos os anos. Este dinheiro, que é uma parte substancial dos seus salários, a quem vai servir, a que mãos vai parar? Às mãos dos mesmos capitalistas que objectivamente os obrigam a emigrar! De que maneira? A maioria esmagadora das suas poupanças é depositada nos bancos que depois as transferem. E de quem são esses bancos? São dos Champalimauds, dos Bulhosas em ligação com bancos estrangeiros. E o que fazem a este dinheiro? Uma parte é canalizado para cá. Vai servir essencialmente para financiar os seus investimentos, para fomentar a especulação na bolsa e na construção civil, e para concederem

créditos para o consumo da média burguesia urbana. Outra parte não chega a entrar no País. É aplicada, pelos grupos económicos que dominam esses bancos, nos negócios internacionais a que nos referimos. Resumindo podemos dizer que, objectivamente, a burguesia portuguesa aluga os trabalhadores portugueses em troca de uma parte dos seus salários.

8. Os monopólios dominam a agricultura e o comércio.

Mostrámos como a burguesia monopolista domina a banca e grande parte da indústria. Têm um grande controle sobre os preços dos produtos, vendem às empresas não monopolistas as matérias-primas e as outras produções a altos preços (é o caso do cimento e do ferro para as empresas de construção civil) e compram-lhes os produtos a baixos preços, impondo-lhes ainda por vezes produtos de má qualidade, condições desvantajosas de pagamento, etc. Expandem-se para outros sectores, onde existem muitas empresas levando-as à ruína, obrigando-as a abandonar esses sectores ou a concentrarem-se sob a sua denominação. Mas o domínio dos monopólios não se limita à banca e à indústria. Expandem-se para todos os sectores de actividade económica, fazem também sentir o seu poder no comércio e na agricultura.

OS MONOPÓLIOS E O COMÉRCIO

Geralmente controlam os circuitos de venda das suas produções. O exemplo mais conhecido é o dos adubos. Muitas vezes, porém, este controle não é total devido ao carácter dependente dos monopólios portugueses. É o que se passa com as fibras acrílicas. A FISIFE, empresa produtora destas fibras têxteis, é propriedade do grupo CUF e da Mitsubishi, grande produtora japonesa de fibras têxteis artificiais.

A Mitsubishi fornece a técnica de produção e coloca o produto internacionalmente enquanto a empresa portuguesa se encarrega da produção propriamente dita. Este sector das fibras acrílicas vai pois crescer na dependência do grande grupo japonês, não só no aspecto técnico mas também no que diz respeito à venda do produto internacionalmente.

Claro que o capital monopolista tenta **aumentar a sua participação na circulação internacional das mercadorias**. Fá-lo de duas maneiras. Por um lado expande-se para os transportes marítimos, aumentando o grau de concentração destes. A C.^a Port. de Transportes Marítimos é da Soc. Financeira e do B. N. U., a CUF é proprietária da C.^a Nacional de Navegação e da Transnavi e participa também na SOPONATA em conjunto com a Sacor, a B. P., e SHELL e outros, etc., etc. Por outro lado aumenta o seu controlo sobre o comércio de exportação dos produtos cujas vendas estão em expansão. É o que significa o apa-

recimento de grandes empresas comerciais exportadoras como a «Trading Company» da CUF. Esta empresa exporta os produtos das mais variadas empresas que por si só teriam dificuldades em fazê-lo. Em troca apropria-se de uma parte da mais-valia criada pelos operários destas empresas. Este controlo do comércio tem evidentemente consequências sobre as próprias empresas dependentes. Para poderem produzir aos preços e quantidades requeridas pelo mercado externo, têm que modernizar o seu processo de fabrico, isto é, tem de se mecanizar, de organizar de outra maneira os processos de trabalho em resumo têm de aumentar a **mais valia relativa** (17). Em suma estes sectores são levados a reorganizar-se de uma forma dependente. E também neste campo a internacionalização da economia portuguesa, fez-se à custa dos aumentos dos ritmos de trabalho, da intensificação da exploração da classe operária e do aumento do desemprego.

Na mesma linha de apropriação da mais-valia produzida nos sectores não monopolizados, o capital monopolista aumenta rapidamente o seu controle sobre a compra e venda dentro do país dos mais variados produtos, quer tenham sido produzidos em fábricas que domina directamente,

(17) Recorda-se o que se disse no CEP n.º 2, pág. 59 e seguintes.

quer tenham sido produzidos em pequenas e médias empresas, quer tenham sido importados.

Já nos referimos atrás à importância crescente da publicidade nas condições actuais de concorrência. O mesmo poderíamos ter dito da embalagem. Nos custos da maioria das mercadorias consumidas aumenta de ano para ano a parte gasta com a publicidade e com as embalagens, cuja função principal na sociedade capitalista é fazer com que produtos iguais pareçam diferentes e sejam mais atraentes, levando as pessoas a comprar os mesmos produtos mas a um preço superior. Vender publicidade e embalagens tornam-se pois um negócio em expansão que o capital monopolista procura controlar cada vez mais, associando-se a estrangeiros.

Um outro caminho para exercer este controlo são os supermercados. Veja-se o rápido aumento do número de supermercados nos últimos anos. A CUF tem, em associação com capitais brasileiros, os supermercados Pão-de-Açúcar com mais de um milhão de contos de vendas anuais, com dezenas de estabelecimentos espalhados pelos principais centros urbanos. O grupo Pinto de Magalhães que já possuía os Invictos do Porto, comprou os Supermercados Modelo de Lisboa. O grupo Borges tem a cadeia Expresso. O grupo da Soc. Central de Cervejas tem os supermercados Nutripol. A expansão dos supermercados traduz-se por um aumento da concentração do comércio em benefício do capital monopolista. Os armazenistas, os retalhistas, para poderem con-

correr com eles, juntam-se criando grandes armazéns e lançando mesmo os seus supermercados, aumentando portanto ainda mais a concentração. Este rápido movimento de concentração fez-se à custa dos pequenos comerciantes, principalmente das grandes cidades, muitos dos quais ficam arruinados.

OS MONOPÓLIOS E A AGRICULTURA

O domínio dos monopólios sobre a agricultura é cada vez maior. Como se exerce esta dominação? De várias maneiras.

Por outro lado através da venda aos camponeses dos instrumentos de trabalho de que necessitam. Como a agricultura é uma agricultura capitalista, para sobreviverem têm que procurar diminuir os preços de custo, têm que aumentar a produtividade. Para isso é necessário aplicar cada vez maiores quantidades de adubos, de pesticidas, de rações para animais, de sementes selecionadas e substituir o trabalho humano por máquinas (tractores, ceifeiras-debulhadoras, etc.). Quem vende estes produtos e estas máquinas? Na esmagadora maioria são empresas monopolistas ou ligadas a grupos monopolistas. Os adubos são da CUF, da SAPEC, dos NITRATOS DE PORTUGAL, os pesticidas da SACOR, as máquinas são importadas pelas empresas do Conde de Caria e outros.

Embora estas fábricas sejam cada vez mais modernas e produzam com maior produtividade,

Corte - Gafo de Baixo é uma aldeia do Alentejo, perto de Mértola, e como tantas outras aldeias ela sofreu a mais dura opressão. Conversar com os seus habitantes é tomar conhecimento da crueldade e dos métodos terroristas da burguesia capitalista e dos lafundários.

As investidas de surpresa e a cavalo, de sabre na mão, sobre os trabalhadores que depois de um dia de trabalho descansavam no Terreiro da aldeia. O motivo era estarem em grupo. As balas assassinas da G.N.R. sobre aqueles que, roídos de fome, iam apanhar bolota nas propriedades dos grandes senhores, deixando lá a vida; as idas ao posto por indicação dos proprietários, onde eram selvaticamente espancados; as violações das suas pobres residências por parte da G.N.R., esses laçaios da burguesia e carrascos do povo. A fome, as grandes propriedades deitadas ao abandono na mais descarada provocação, a caça que engordava nessas terras e que era proibido caçar. A fome. A emigração. Mas também a luta, os filhos que partiam para se juntar aos companheiros organizados; as prisões, as torturas, mas também a certeza da vitória.

Dizia um desses trabalhadores, já velho: desde miúdo que fui para aqui criado à reboleta debaixo dos pés deles, mas sempre lutei e dei dois filhos para a luta, um deles matou-mo a Pide.

Corte - Gafo de Baixo, uma aldeia do Alentejo que sempre lutou e que agora pode falar alto. A revolução começa pela palavra e continua com a espingarda. Os senhores, os grandes proprietários continuam a existir.

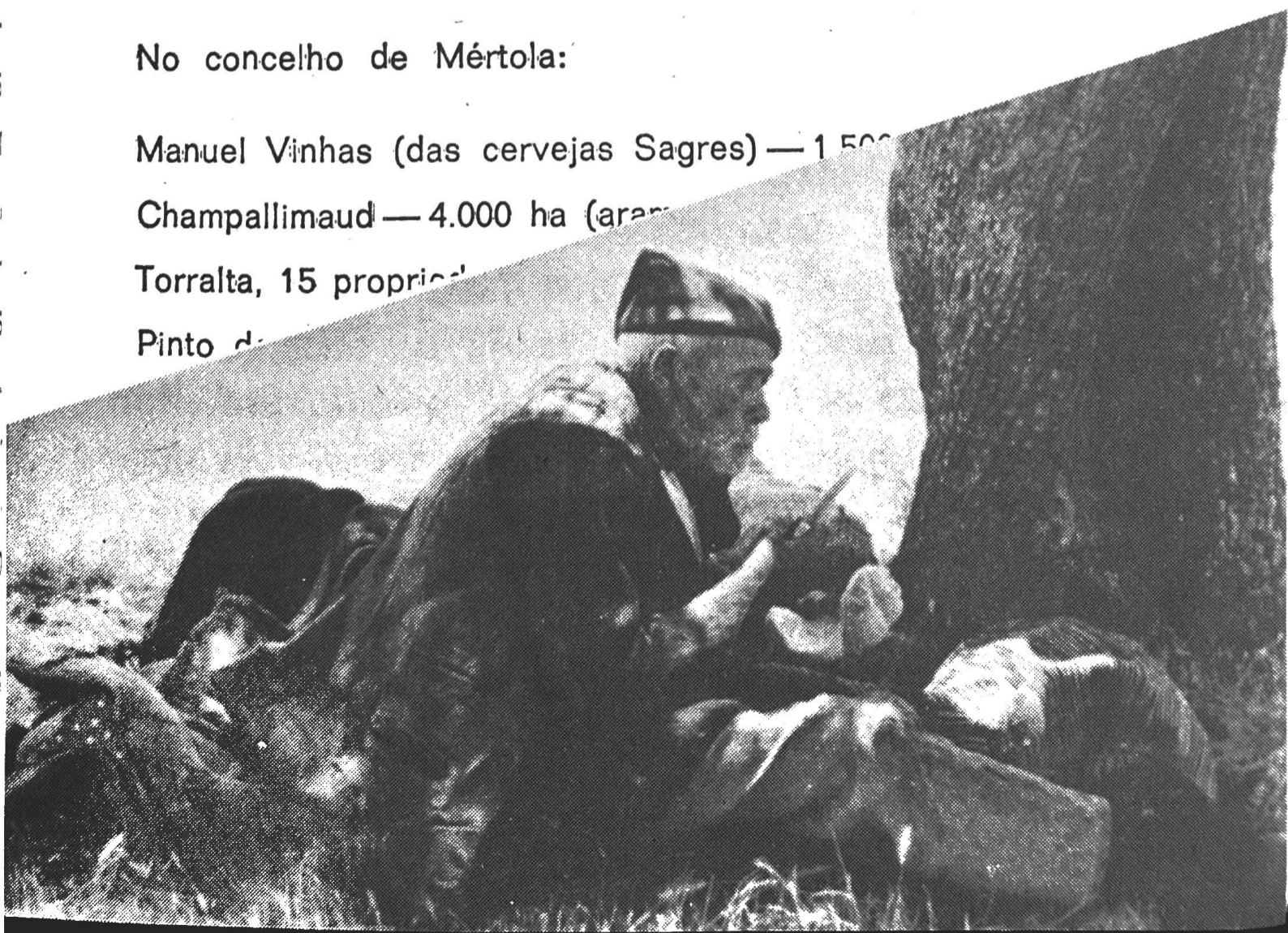
No concelho de Mértola:

Manuel Vinhas (das cervejas Sagres) — 1.500

Champallimaud — 4.000 ha (arrendada)

Torralta, 15 proprietários

Pinto de



aumentando a exploração dos operários nem por isso os preços descem. Pelo contrário, os monopólios que vendem produtos necessários à agricultura estão constantemente a aumentar os preços. Além disso para comprarem as máquinas, os adubos e outros produtos de que necessitam, os agricultores precisam de quantidades de dinheiro de que geralmente não dispõem, o que os obriga a pedir dinheiro emprestado. Para o obterem ou caíem nas mãos dos usurários da terra ou hipotecam as terras aos bancos pertencentes aos grupos monopolistas.

Por outro lado dominam a agricultura pela compra dos produtos agrícolas. Embora muitos produtos ainda sejam vendidos através dos pequenos comerciantes a tendência é para um domínio cada vez maior por parte do capital monopolista. Este domínio aumenta porque os monopólios dominam a maior parte das indústrias que transformam os produtos agrícolas. Todos sabemos que a maioria dos produtos agrícolas não nos chega a casa tal como são produzidos nos campos. Quando a maioria da população vivia dispersa pelos campos e as cidades eram pequenas havia muita gente que fazia o seu próprio pão ou o comprava na padaria da terra; o leite era vendido muitas vezes pelo próprio produtor de porta em porta sem ter sofrido qualquer processo de transformação industrial. O mesmo se passava com a carne, os ovos, as hortaliças, etc. Mas hoje a maioria da população vive em grandes centros urbanos completamente afastada das

actividades agrícolas. E o que acontece? Já ninguém faz o seu próprio pão e o número de padarias é cada vez mais reduzido. O cereal é transformado em farinha já não por milhares de moinhos e pequenas moagens mas por um número reduzido de grandes fábricas. E esta farinha aparece-nos transformada em bolachas, em biscoitos, em massa, em pão dos mais diversos tipos, desde a pequena carcassa à forma embalada em vistosas e caras embalagens. E o leite? Quando o há, já passou por diversas fases de transformação: pasteurização, esterilização, etc. Isto sem falar dos numerosos produtos que são feitos à base do leite: os queijos, o leite condensado, o leite em pó, a manteiga, e as dezenas de produtos chamados dietéticos que enchem as prateleiras dos supermercados (ex.: leites especiais para crianças) (18).

Coisa semelhante se passa com as outras produções agrícolas. Ora embora estes produtos cheguem muito caros ao consumidor eles são em regra comprados a preços muito baixos ao agricultor. Os comerciantes e em particular os monopólios impõem-lhe esses preços. Exemplo muito importante é o do monopólio da compra de eucaliptos para fazer a celulose. Dum lado estão os milhares de proprietários das árvores. Do outro uma só empresa — a MADEIPER — que compra a madeira aos preços que quer para de-

(18) Veja-se o Anexo II

pois ser transformada em pasta de papel pela meia dúzia de empresas que a exportam com lucros fabulosos.

Pode-se em resumo dizer que a agricultura está apertada por uma tenaz: compra à indústria os produtos a preços elevados e vende os seus a baixos preços. **A riqueza destes monopólios faz-se essencialmente à custa da miséria dos pequenos e médios camponeses**, cultivando pequenas courelas principalmente com o seu trabalho, tendo muitas vezes que pagar elevadas rendas aos grandes agrários.

Devido a esta situação muitos camponeses vêem-se obrigados a abandonar o campo, a deixar as suas terras nas mãos dos grandes proprietários. **A propriedade das terras está cada vez mais concentrada.** Os pequenos camponeses que não deixam as terras vivem muitas vezes ainda em piores condições que os trabalhadores do campo.

9. A LUTA DO POVO CONTRA OS MONOPÓLIOS

Mostramos como a burguesia monopolista em conjunto com o capital estrangeiro domina a economia portuguesa.

Mas que significa esse domínio? A expansão dos monopólios significará que desaparecem todas as empresas não monopolistas? Que a burguesia não monopolista está condenada a ser

reduzida à ruína? Que de ano para ano é maior o número de empresas monopolistas e menor o número das empresas da pequena e da média burguesia? Evidentemente que não.

Para que o capitalismo monopolista se expanda e o seu poder se consolide é pelo contrário necessário que a burguesia não monopolista continue a existir e aumente especialmente em alguns sectores.

Retomemos o exemplo da FISIFE. Com esta fábrica a C. U. F. passa a ter o monopólio da produção nacional das fibras acrílicas. Estas fibras vão em grande parte ser utilizadas por empresas têxteis do grupo, que se reconverterão, deixando de usar matérias-primas tradicionais (como a juta) para passarem a produções mais modernas, com mais procura actualmente. Mas a maior parte da produção das fibras acrílicas será vendida a outras fábricas têxteis já existentes ou a novas fábricas que provavelmente aparecerão. Vemos assim que se por um lado através de uma só empresa o grupo monopolista passa a dominar um amplo sector têxtil em crescimento, por outro lado outros capitalistas aumentarão os seus negócios, investindo a mais-valia extraída aos operários noutros sectores, em novas empresas têxteis. Estarão, porém, sujeitas aos preços, aos tipos de produção, às qualidades, aos prazos de entrega e de pagamento que a FISIFE estabelecer.

E, por isso, parte da mais-valia produzida pelos operários dessas empresas têxteis será apro-

priada pela empresa monopolista e não pelos seus proprietários. Mas nem por isso estes capitalistas deixarão de ter substanciais taxas de lucro.

A Lisnave também aqui é um exemplo esclarecedor. Para além das empresas do grupo que trabalham para a Lisnave, há outras empresas que não sendo sua propriedade fabricam quase exclusivamente por encomendas para esse estabelecimento. De resto é cada vez maior o número de pequenas e médias empresas não monopolistas que trabalham em regime de **sub-contrato** para as grandes empresas nacionais e estrangeiras. Encontramo-las num grande número de sectores: fundição de peças, peças e apetrechos para automóveis, moldes para plásticos, etc. Destas empresas não saem produtos acabados mas sim peças, componentes e outras produções encomendadas pelas grandes empresas. Estas empresas já não são unidades industriais independentes mas sim, secções das grandes, embora sejam juridicamente independentes. **Para que o capital se concentre nas mãos de um número reduzido de empresas monopolistas não é necessário que elas sejam sua propriedade.** Esta concentração faz-se também pela apropriação de mais-valia através da dominação tecnológica, comercial e financeira.

Desaparecem pequenas e médias empresas tradicionais que são substituídas por grandes empresas, mas ao mesmo tempo **surgem pequenas e médias empresas modernas** fornecedoras ou clientes das grandes empresas monopolistas.

A pequena e a média burguesia não desaparecem, elas adaptam-se às novas condições da acumulação dominada pelos monopólios.

As empresas não monopolistas têm importantes funções a desempenhar no crescimento dos monopólios. Sintetizemos algumas:

- fazendo trabalhos secundários para o capital monopolista tornam-lhe possível especializar-se essencialmente na produção de grandes séries de produtos mais lucrativos;
- devido às diferenças de produtividade existentes o capital monopolista, através da fixação dos preços, apropria-se da mais-valia criada nesses sectores obtendo assim lucros superiores — lucros de monopólio;
- como muitas vezes se localizam em sectores novos, permitem ao capital monopolista escolher o melhor momento para se lançar nesses sectores com o mínimo de riscos;
- em países como o nosso as empresas não monopolistas absorvem a mão-de-obra vinda dos campos, que aí se adapta ao trabalho na indústria podendo mais tarde ser utilizada pelas empresas monopolistas, etc., etc.

De igual modo se assiste ao desenvolvimento acelerado de pequenas empresas: artesanais de artigos de luxo (para consumo das camadas da burguesia com altos rendimentos), comerciais e

de outros serviços. Frequentemente os pequenos e médios burgueses que abandonam os sectores que se concentram colocam o seu dinheiro nestes sectores e também — o que é importante em Portugal — nos negócios especulativos como a compra e venda de casas e a especulação da bolsa onde têm auferido bons lucros.

Tinhamos visto que existem interesses contraditórios entre o pequeno, o médio burguês e o capital monopolista. Mas vimos também que esses interesses não são completamente opostos. Trava-se uma luta entre as diversas facções da burguesia mas podemos dizer que essa não é uma luta de morte. O pequeno e o médio burguês insurgem-se frequentemente contra os monopólios. O pequeno proprietário de uma oficina metalomecânica, o médio construtor civil, gostariam de se ver livres do monopólio da Siderurgia Nacional que lhes vende a chapa de ferro e o ferro para as construções a preços elevados, só o fornece quando o entende, etc. Mas a principal característica do pequeno e do médio burguês é ser capitalista, é viver da exploração do trabalho. Por isso uma grande parte da pequena e da média burguesia gostaria de se ver livre da dominação dos monopólios mas mantendo a exploração capitalista. Mas a história não anda para trás. Os monopólios são o resultado do desenvolvimento do sistema capitalista como vimos no início do caderno.

Na sociedade actual só há uma classe capaz de conduzir a luta contra os monopólios até ao

fim — o proletariado. É que nunca devemos esquecer que nas sociedades capitalistas como a nossa a contradição que opõe o proletariado e a burguesia é que constitui a contradição principal. As outras contradições, como por exemplo: as que existem entre os restos da classe feudal e a burguesia, a burguesia não monopolista (pequena e média) e a burguesia monopolista, a democracia burguesa e o fascismo, assim como entre os próprios países capitalistas, estão determinadas e influenciadas pela contradição principal.

A luta contra os monopólios está integrada na luta do proletariado para pôr fim à exploração do homem pelo homem.

Só o proletariado poderá reunir as outras camadas do povo (19) em torno de objectivos comuns na luta pelo estabelecimento de um poder popular que exproprie:

— os monopólios bancários que fazem chorudos negócios e se recusam a emprestar dinheiro a quem não tem grandes terras ou fortunas;

(19) O que se entende por povo ou massas populares — conjunto de indivíduos de distintas classes e grupos sociais que numa dada conjuntura política têm interesses opostos aos de um sector da classe dominante — será explicado nos Cadernos de Educação Popular n.º 4, n.º 10 (Dirigentes e Massas) e n.º 12 (Alianças e Frente Política).

- os monopólios que são donos de quase todas as grandes indústrias, que têm fábricas nas colónias, no Brasil e noutros países estrangeiros e pegam no dinheiro que acumularam com a exploração de gerações de operários e o fazem sair do País; monopólios que ameaçam que não fazem mais investimentos se não tiverem condições para explorar os operários tanto como estavam habituados;
- monopólios que são donos das fábricas dos adubos, do ferro, do cimento, da gasolina, das rações para animais e das empresas comerciais que enriquecem com a importação dos tractores e máquinas agrícolas;
- monopólios que impõem preços miseráveis na compra das madeiras para as suas fábricas de celulose que dão lucros fabulosos; que fomentam a expulsão dos pequenos camponeses das terras e ocupam baldios para plantarem cada vez mais eucaliptos que esgotam as terras para sempre;
- monopólios que fazem subir os preços e que geram o desemprego, que tendo grandes lucros mantêm, de braço dado com o imperialismo, a maioria do povo na miséria.

Estabelecer o Poder Popular para expropriar os monopólios; expropriar os monopólios para acabar com a miséria.

DEMOCRACIA POS OBTENÇÃO
PERMISSÃO ÀS REAÇÕES
REV. SIM



RESUMO

Neste Caderno de Educação Popular vimos como a ânsia dos capitalistas individuais de ganharem sempre mais os leva a aperfeiçoarem cada vez mais as suas fábricas para que, produzindo com custos mais baixos, consigam obter um lucro superior ao dos capitalistas do seu sector e possam — se necessário — destruir os seus concorrentes, vendendo a preços mais baixos. À medida que se desenvolve o capitalismo cresce, por conseguinte, a composição orgânica do capital, isto é, aumenta o capital destinado a ser investido em meios de produção, especialmente em maquinaria (o capital constante), e diminui relativamente o capital destinado à compra da força de trabalho (o capital variável).

A introdução de máquinas cada vez mais complexas vai dispensando uma grande quantidade de operários que ficam desempregados até que consigam arranjar emprego noutras fábricas, principalmente nas indústrias que produzem essas máquinas. Estes trabalhadores que estão disponíveis no mercado de trabalho constituem o que Marx chamou o «exército de reserva» dos capitalistas. O desemprego é portanto um efeito inevitável do sistema capitalista e só desaparecerá quando este sistema de produção desaparecer.

Ora bem, o desemprego é um fenómeno que caracteriza todos os países capitalistas mas agudiza-se nos países capitalistas dependentes devido ao facto de o desenvolvimento capitalista se realizar com tecnologia importada dos países capitalistas desenvolvidos que dispensa uma quantidade de mão-de-obra que já não volta a encontrar trabalho. Em Portugal grande parte dessa mão-de-obra é levada a emigrar.

À medida que se acumula o capital, aumenta o exército de reserva e cresce a miséria para uma parte dos trabalhadores.

A concorrência capitalista impulsiona a modernização das indústrias. Os que não conseguem modernizar a sua maquinaria vão desaparecendo produzindo-se assim uma concentração cada vez maior de capitais. Os meios de produção vão-se centralizando cada vez em menos mãos, dando origem aos monopólios. Um número reduzido de empresas ou mesmo uma só empresa chegam a controlar toda a produção do seu sector. Por outro lado as pequenas e médias empresas que surgem em novos sectores encontram-se cada vez mais dependentes dos monopólios que lhes vendem e compram produtos, que lhes fornecem a tecnologia e o crédito bancário.

Nos países capitalistas dependentes o processo de desenvolvimento capitalista não ocorre da mesma maneira — os monopólios instalam-se desde os primeiros momentos da industrialização destes países. A alta produtividade das máquinas importadas permite que um número reduzido de empresas abarquem desde o início todo o mercado. Esta necessidade de técnicas modernas e mais tarde a necessidade de exportar para outros mercados levou a uma estreita aliança dos monopólios portugueses com o capitalismo estrangeiro. Mostramos depois que os monopólios portugueses para se expandirem precisam por sua vez de exportar capitais, sempre em associação com as burguesias imperialistas. Após termos examinado como o capitalismo monopolista domina cada vez mais o comércio e a agricultura vimos como o aumento da centralização do capital não implica o desaparecimento puro e simples da pequena e média burguesia mas antes a sua adaptação às necessidades da acumulação monopolista.

Este caderno termina mostrando como o povo pode pôr fim ao seu inimigo principal — a burguesia monopolista.

INTRODUÇÃO

Com estes dois anexos pretendemos fornecer elementos que dêem uma ideia mais aproximada do grau de concentração da economia portuguesa e da importância do capital monopolista.

No Anexo 1 apresentamos um quadro com os sectores da indústria portuguesa em que a produção se encontra mais concentrada. Na generalidade estes sectores podem ser considerados como sectores em situação de monopólio. Na primeira coluna está o número das maiores fábricas de cada sector. Na segunda coluna está a percentagem da produção do sector que é realizada por essas fábricas. Deste modo a primeira linha lê-se: as 4 maiores empresas de lacticínios produzem 67 % da produção do sector, isto é, em cada 100\$00 de lacticínios produzidos em Portugal 67\$00 são produzidos por apenas 4 fábricas.

Embora estes sectores sejam todos muito concentrados não têm todos a mesma importância. Por exemplo: uma só fábrica produz 45 % do gelo, 4 fábricas produzem 75 % dos adubos e 2 fábricas 100 % do petróleo refinado. A produção do gelo é um sector com muito pouca importância na economia nacional. Os seus efeitos só se fazem sentir na comercialização da pesca.

Já o facto de só 4 fábricas produzirem mais de 70 % dos adubos ou de 2 refinarias (ambas da mesma empresa, a Sacor) refinarem 100 % do petróleo é de grande importância. Não só são sectores que produzem milhões de contos anualmente, como deles dependem numerosos outros sectores da economia. O monopólio dos adubos faz sentir os seus efeitos às dezenas de milhares de agricultores portugueses do norte ao sul do País. O da refinação do petróleo ainda é mais importante. São poucos os sectores económicos que não sofrem directa ou indirectamente os seus efeitos, desde os transportes ao fabrico de pneus, passando pelo sector dos plásticos e pela indústria têxtil, isto para além de fornecer combustível para todas as indústrias. Por isso se diz que esta indústria é uma indústria base, de importância estratégica para a acumulação capitalista.

Duas observações mais ao Anexo I. Por um lado existem muitas mais indústrias monopolistas e que não constam deste quadro e por outro muitas das empresas do quadro são pertença do mesmo grupo de capitalistas o que reforça ainda mais a importância da concentração industrial. Liga-se isto com o Anexo II.

Neste Anexo procuramos dar uma descrição mais concreta do capital monopolista e do emaranhado de relações que o caracteriza. Escolhemos deliberadamente dois grandes sectores (Alimentação e Construção de Habitações) que não são dos mais concentrados e que não são exclusivo dos maiores grupos monopolistas portugueses. O que se passa nestes sectores passa-se na maioria dos sectores da nossa economia. A partir do que se passa neles podemos fazer uma ideia do que é o capital monopolista português, da importância da burguesia monopolista, das suas interligações, das suas ligações ao capital estrangeiro, das suas ramificações para as colónias.

ANEXO I

| | N.º de Estabelecimentos | % da Produção |
|---------------------------------------|-------------------------|---------------|
| Lacticínios | 4 | 67 |
| Congelamento de peixe | 1 | 50 |
| Refinação de açúcar | 4 | 100 |
| Fab. de chocolate e cacau | 3 | 68 |
| Refinação de azeite | 1 | 38 |
| Margarina | 5 | 100 |
| Massas alimentícias | 3 | 55 |
| Fermentos e leveduras | 4 | 100 |
| Amidos, féculas, etc. | 4 | 100 |
| Gelo | 1 | 45 |
| Torrefacção de café | 2 | 40 |
| Cerveja | 6 | 100 |
| Tabacos | 2 | 100 |
| Têxteis de fibras brandas e duras | 4 | 96 |
| Tapeçarias | 6 | 53 |
| Cordas e cabos | 5 | 93 |
| Fabricação de redes | 1 | 37 |
| Telas impermeáveis, etc. | 2 | 73 |
| Corte e preparação de pêlo | 1 | 100 |
| Folheados e contraplacados de madeira | 5 | 100 |
| Aglomerados de partículas | 5 | 100 |
| Pasta de papel | 6 | 100 |
| Papel e cartão | 6 | 48 |

| | N.º de Estabelecimentos | % da Produção |
|----------------------------------|-------------------------|---------------|
| Artigos de cartão e papel | 3 | 53 |
| Pneus | 4 | 100 |
| Produtos químicos inorgânicos | 3 | 73 |
| Fibras artificiais e sintéticas | 5 | 100 |
| Resinas sintéticas | 2 | 52 |
| Aubos | 4 | 75 |
| Óleos | 1 | 66 |
| Tintas | 4 | 55 |
| Fósforos | 3 | 100 |
| Sabões, etc. | 2 | 54 |
| Produtos farmacêuticos | 8 | 48 |
| Petróleo | 2 | 100 |
| Briquetes, etc. | 3 | 100 |
| Cimento | 7 | 100 |
| Lousa | 3 | 47 |
| Artigos de fibrocimento | 3 | 100 |
| Abrasivos | 4 | 100 |
| Obtenção de ferro e aço | 4 | 100 |
| Obtenção de metais não ferrosos | 2 | 72 |
| Cutelaria | 2 | 50 |
| Motores, geradores, etc. | 3 | 93 |
| Fios e cabos isolados | 2 | 84 |
| Pilhas e acumuladores | 2 | 70 |
| Lâmpadas eléctricas | 4 | 100 |
| Construção e reparação de barcos | 9 | 96 |
| Artigos de escritório | 2 | 56 |

OS MONOPÓLIOS E A ALIMENTAÇÃO

A) CERVEJA

Existem quatro empresas produtoras de cerveja e uma outra que tem um pedido para entrar neste sector.

Soc. Central de Cervejas (S. C. C.) é sem dúvida a mais importante. Formou-se a partir da concentração de 4 empresas. Fábrica de Cervejas Portugália — de que eram principais accionistas os Vinhas e Lencastre da Veiga. Fábrica de Cervejas de Coimbra — adquirida ao grupo Borges a troco de 10 % do capital da S. C. C.. Fábrica de Cervejas Estrêla — ligada à família Espírito Santo. Fábrica de Cervejas Jansen — ligada à família Avilez (que tem interesses na empresa exportadora de vinhos — José Maria da Fonseca). A S. C. C. está actualmente ligada a outra produtora de cerveja — a **Ca. União Fabril Portuense** — em associação com o Banco Português do Atlântico. Em conjunto fizeram recentemente um acordo com uma grande produtora dinamarquesa que resultou da fusão da Tuborg e da Carlsberg. A partir deste sector este grupo cervejeiro expandiu-se para outras produções em Portugal e nas Colónias.

1. **Portugal.** Penetrou naturalmente na produção de refrigerantes (Invictus e Schweppes), nas águas minerais (Águas do Luso), e também no vinho, através das Adeias Camilo Alves. Fácil é de perceber também a sua expansão no sector das embalagens. Da sua importante posição na indústria vidreira destaca-se a maior produtora de garrafas, em associação com um grande vidreiro francês. No sector dos plásticos para além da sua participação na Ruy d'Orey é de assinalar a SINTEX

que se vai transformar numa grande unidade de plásticos, já não para embalagens, mas para fins industriais, e de decoração. Está igualmente presente no sector do **Comércio**. Para além da rede de supermercados NUTRI-POL, está ligada ao grupo de empresas UNIGESTE o que lhes permite diversificarem-se para outros produtos alimentares de qualidade (isto é, especialmente vendidos pelos supermercados). É de destacar a sua participação na LIOGAL, única empresa de **produtos liofilizados** para o mercado interno.

2. **Angola**. No que toca à expansão para esta colónia remetemos no essencial para o ANEXO do CEP sobre o IMPERIALISMO, querendo só frisar neste momento que a base desta expansão assenta na empresa de cervejas angolana CUCA e no Banco Comercial de Angola. É de notar que neste Banco se juntam os interesses dos Vinhas com os de uma série de famílias ligadas ao café (Bordalos, Seixas, etc.).

3. A expansão dos interesses do grupo em MOÇAMBIQUE segue um caminho muito semelhante ao que aconteceu em Angola. Através da empresa moçambicana Ca. de Iniciativas Económicas Ultramarinas, em que está associada ao B. N. U. controla por completo a produção de cerveja na colónia. Reforçando a sua posição nas **cervejas** e também nos **refrigerantes** tomaram posição na Mac Mahon, com fábricas em vários pontos do território e que pertencia anteriormente ao Grupo Borges & Irmão. Em troca desta cedência este grupo passou a ter uma posição minoritária na empresa que passou a gerir o conjunto dos interesses dos produtores de cervejas em Moçambique — a SOGERE. Para além do Borges e da Ca. de Inic. Ec. Ultramarinas é também sua accionista a empresa Victória (com capitais ingleses) que domina por sua vez a maior parte da indústria do **leite** e seus derivados. Ligada está também a PROTAL e a PROBEIRA

que por outro lado se encontram ligados a uma empresa de comércio do chá. O grupo SOGERE diversificou-se rapidamente. Desde a avicultura em associação com os mesmos americanos que estão ligados à CUCA em Angola, à indústria farmacêutica passando pela indústria de celulose em associação com o Grupo Dias da Cunha e o Banco Comercial de Angola e pelas bebidas de grande consumo popular com as aguardentes e um tipo de cerveja mais barata em associação com sul-africanos e grandes industriais de moagem moçambicanos.

CERGAL. Esta empresa tem como principal accionista o Conde de Caria, associado a alguns produtores de refrigerantes (por ex.: CIREL e COPOREL), e a 2 dos 3 maiores produtores de garrafas, Santos Barosa e Santos Galo e está também ligada ao Banco P. & S. Mayor. Para além dos muitos outros interesses do Conde de Caria, vejamos o que se passa no sector das alimentares. Para além das águas minerais de Vidago, Melgaço e Pedras Salgadas, está presente nos refrigerantes com a SUPERSUMOS, na indústria das carnes através da CONSOL, não lhe escapando mesmo a produção da batata frita (Palla-Palla)...

COPEJA — Para além do Espírito Santo são seus accionistas as famílias Guedes de Sousa (1) e Abecassis e, com uma pequena participação, João Rocha (da COMUNDO).

UNIÃO IMPERIAL DE CERVEJAS. São seus accionistas João Rocha, Féteira (2) e José N. Rodrigues. Este grupo de capitalistas tem como já dissemos um pedido para instalar uma fábrica de cervejas. Entretanto, através da REFRIPLÁS, já têm participação na Canada-Dry.

(1) Accionista da cervejeira angolana NOCAL e da empresa de café TOFA.

(2) Accionista da COVINA.

B) AÇÚCAR

A produção de açúcar tem sofrido um forte processo de concentração. Actualmente encontramos somente quatro empresas que detêm o monopólio da refinação. Este é um dos sectores que tem vivido da exploração das matérias-primas coloniais. É natural por isso que estas empresas estejam também directamente ligadas a capitais coloniais. A SIDUL é da empresa colonial Senna Sugar (inglesa); a Sores da Soc. Agrícola do Casseguel (do grupo Espírito Santo); e a REFINARIA DE ANGOLA, da Ca. de Açucar de Angola, que está actualmente ligada à quarta empresa — RAR — Refinarias de Açucar Reunidas.

C) LACTICÍNIOS

Existem mais de 100 empresas que transformam o leite. Mas as 4 maiores empresas empregam quase 60 % dos operários e dos empregados deste sector e produzem cerca de 67 % de toda a produção (leite, manteiga, queijos, yogurtes, etc.). São elas a UCAL, Martins e Rebello (com grandes interesses em Angola), a SUIL e a Soc. de Produtos Lácteos (empresa estrangeira ligada ao grande «trust» mundial NESTLÉ). Este sector é um dos casos que nos permite perceber que embora existam numerosas empresas, na realidade se está perante um sector em situação de monopólio. Monopólio da compra da matéria-prima aos milhares de pequenos agricultores e da venda aos consumidores.

D) CHOCOLATE E CACAU

Três empresas são responsáveis por cerca de 70 % de toda a produção. São elas a Soc. Ind. Aliança, a Fábrica de Chocolates Regina e a Favorita. É de notar ainda que as duas últimas estão ligadas pois vendem os seus produtos em conjunto.

A matéria prima principal, o cacau, é essencialmente importado de S. Tomé e Príncipe onde é produzido em grandes roças pela população obrigada a trabalhar em condições miseráveis.

E) MOAGENS E MASSAS ALIMENTÍCIAS

Também aqui encontramos entre as maiores a Soc. Industrial Aliança. Mas a mais importante é a Soc. Industrial de Portugal e Colónias de quem é grande accionista o grupo Champalimaud (o mesmo do aço, dos cimentos, etc.).

Muitas destas empresas de moagens são também produtoras de um outro importante produto da nossa alimentação: as **massas alimentícias**, feitas à base da farinha. É o caso da Portugal e Colónias, que produz mais de um quarto das massas alimentícias produzidas no País. Destacam-se ainda a Fábrica Triunfo (que produz quase metade das bolachas e biscoitos) e a Amorim, Lage, Lda. Estas 3 empresas produzem quase 60 % das massas alimentícias cá fabricadas.

Muitos outros exemplos poderíamos dar: as **margarinas** de que já nos referimos atrás; a refinação de azeite em que só a CUF detem mais de 35 % da produção; os **óleos alimentares** em que se destacam os óleos AAA, empresa ligada ao Banco Português do Atlântico; os **gelados** com a FIMA e a OLÁ do grupo internacional UNILEVER; os fermentos em que uma só empresa a Soc. Produtora de Leveduras Seleccionadas, empresa estrangeira dependente da GIST BROCADES — produz cerca de 80 % da produção desse sector, etc., etc..

OS MONOPÓLIOS E A HABITAÇÃO

A construção de habitações nas grandes zonas urbanas é uma actividade em grande expansão. O facto de existirem numerosas empresas ligadas a esta acti-

vidade poder-nos-ia levar a pensar que aqui os monopólios teriam pouco peso. Mas não. Vejamos porquê.

Para construir habitações são necessários terrenos. Como a cidade se vai estendendo rapidamente para os arredores, vão ser necessários terrenos que inicialmente eram propriedade de numerosas pessoas, nomeadamente agricultores. Com o avanço da urbanização estes terrenos sobem rapidamente de preço. Quem vai ganhar com isso? Poderíamos pensar que seriam as centenas de pequenos e médios proprietários. Mas não. Porque a maior parte das grandes superfícies disponíveis para a urbanização são hoje já propriedade de um número restrito de grandes promotores imobiliários (empresa que compra e vende terrenos e prédios). Muitas dessas empresas promotoras são empresas ligadas aos bancos e aos grupos monopolistas. O B. P. A. tem, por exemplo, a HABITAT e a COMPAVE; a CUF a REALIMO e a EMACO; o Borges & Irmão a SINIA e a ICESA, etc.. Outros que não estão directamente ligados aos grupos, como o J. PIMENTA, estão numa situação de grande endividamento em relação à banca, que lhes extrai milhares de contos de juros. Através desta especulação na compra e venda de terrenos os bancos obtêm lucros fabulosos. Esta participação do capital monopolista na especulação dos terrenos tende mesmo a aumentar. Uma das razões está ligada ao facto de as zonas que vão ser urbanizadas dependerem em grande medida do sítio onde se localizam os grandes empreendimentos como os aeroportos, as auto-estradas, etc. Empreendimentos esses levados a cabo pelo próprio capital monopolista que adquiriu previamente os terrenos que depois subirão vertiginosamente de preço.

Uma grande parte destes grupos tem **empresas de construção**. O Banco Português do Atlântico tem a Sociedade de Construções de Vilamoura, a Soc. de Construções William Graham, etc.; o Borges & Irmão a ICESA; a CUF a OPCA, a PROCONSTROI, a Const. H. M. TIAGO, etc. Claro que existem numerosas outras construtoras.

Mas sobre estas podemos dizer o mesmo que em relação às promotoras sobre o endividamento à banca e para além disso devemos ter em atenção que muitas dessas pequenas e médias empresas trabalham por encomenda para outras empresas de construções e para as grandes promotoras.

Para construir habitações são necessários numerosos materiais. Vejamos o que se passa com os mais importantes

1. CIMENTO

Existem 6 empresas que produzem todo o cimento vulgar.

CINORTE — O seu capital pertence ao Banco Espírito Santo e a Queirós Pereira, grande accionista do B. P. A. (que por sua vez também é accionista da CINORTE).

CISUL — São seus accionistas a SOMAPRE, o BIP e o F. e Burnay. O primeiro é uma grande empresa produtora de vigas de cimento para as linhas de caminhos de ferro, que têm estado em remodelação. Este grande consumidor de cimento está ligado a interesses franceses e tem fábricas em vários outros países. O interesse dos dois bancos pelos cimentos percebe-se se pensarmos que são accionistas do Consórcio Brisa, que vai construir as auto-estradas e que portanto vai consumir grandes quantidades deste produto.

SECIL — É uma empresa com capitais dinamarqueses. São também accionistas o B. N. U. e os colonialistas Lagos. Ainda dentro dos sectores ligados à construção civil está ligada a uma empresa de tintas — a DYRUP. Não é portanto por acaso que não só a SECIL é a principal produtora de cimento em Angola como a própria DYRUP também produz tintas nessa colónia.

As outras três empresas — C.^a de Cimentos de Leiria, C.^a de Cimentos Tejo, C.^a dos Carvões e Cimento do Cabo

Mondego — são do grupo Champalimaud, que detem posição maioritária neste sector. Para além da C.ª de Cimentos de Moçambique este grupo tem no Brasil uma das maiores produtoras de cimento da América do Sul. Foi a partir dos grandes lucros obtidos neste sector em situação de monopólio que se expandiu o grupo Champalimaud, actualmente um dos dois maiores grupos monopolistas portugueses. Um dos passos mais importantes na sua formação foi sem dúvida a obtenção do exclusivo da Siderurgia Nacional, que se liga com o sector de que estamos a tratar.

2. FERRO

A construção civil é uma grande consumidora de ferro que é produzido em situação de monopólio pelo grupo Champalimaud na Siderurgia do Seixal e do Porto. Este grupo tem também a Siderurgia de Angola para além de numerosos interesses noutros sectores.

3. VIDRO

A COVINA, empresa ligada ao B. P. A. e à empresa francesa S. Gobain, tem o monopólio do vidro em chapa. Dentro dos materiais para a habitação é de notar que detém também o monopólio das ampolas para as lâmpadas fluorescentes e que se está a lançar noutros materiais de construção como por exemplo a caixilharia de alumínio para as janelas (³).

QUESTIONÁRIO

1. O que é a reprodução simples?
2. O que é a reprodução alargada?
3. O que é o consumo produtivo?
4. O que é o consumo individual?
5. Pode-se chamar acumulação capitalista a qualquer acumulação de dinheiro feita por um capitalista?
6. O que é a acumulação capitalista?
7. O que é o capital constante?
8. O que é o capital variável?
9. O que é a composição orgânica do capital?
10. O que é o exército industrial de reserva?
11. Porque é que o desemprego é um mal necessário do sistema capitalista?
12. Porque é que se agudiza o problema do desemprego nos países capitalistas dependentes?
13. O que é o processo de centralização capitalista?
14. O que é um monopólio?
15. Quando é que os monopólios aparecem nos países capitalistas dependentes? Porquê?
16. Que relação existe entre os monopólios e o capital estrangeiro no nosso país?

17. Porque é que não se pode dizer que em Portugal existe uma burguesia nacional?
18. Contra quem se deve dirigir a luta anti-imperialista em Portugal?
19. Que entende por capital constante?
20. Que entende por capital variável?
21. Identifique na fotografia da pág. 20 o capital constante e o capital variável.
22. Porque é que a burguesia portuguesa investe no estrangeiro?
23. Porque é que se diz que o capitalismo português está na fase monopolista?
24. Como é que os monopólios dominam as pequenas e médias empresas?
25. Porque é que todos os anos dezenas de milhares de trabalhadores são obrigados a emigrar?
26. Porque é que se afirma que a burguesia portuguesa «aluga» os trabalhadores portugueses aos capitalistas estrangeiros?
27. De que modo é que os monopólios dominam o comércio?
28. Porque é que os pequenos agricultores vivem muitas vezes em piores condições que os próprios assalariados agrícolas?
29. Porque é que se afirma que a burguesia não monopolista é necessária à existência e desenvolvimento do capitalismo monopolista? Dê um exemplo.
30. Como é que o povo poderá acabar com os monopólios?

BIBLIOGRAFIA

TEXTOS CLÁSSICOS:

MARX, Karl. O Capital, Livro I, Secção VII, A acumulação do capital, p. 354 da edição portuguesa da Editorial Delfos.

TEXTOS PARA APROFUNDAR O TEMA:

BARAN e SWEEZY. O Capitalismo Monopolista. Edição brasileira de Zahar Editores. Edição francesa de François Maspero.

BOUKHARINE e PRÉOBRAJENSKY. ABC do Comunismo, Vol. 1. Edição Nosso Tempo, Coimbra.

MANDEL, Ernest. Traité d'Économie Marxiste, Tomo III, Capítulo XII, Le Capitalisme des Monopoles. Coleção 10/18.

MAGDOF, BARAN e SWEEZY. Teoria e História do Capitalismo Monopolista. Coleção Textos Marginais, Porto, 1974.

SWEEZY. Teoria do Desenvolvimento Capitalista. Edição brasileira de Zahar Editores.

AOS LEITORES

A adaptação do caderno n.º 3 à realidade portuguesa exigiu a realização de profundas transformações no original chileno, que levaram a elaborar um texto novo a partir do capítulo quatro.

Este texto é, obviamente, da responsabilidade exclusiva dos adaptadores.

As opiniões e críticas formuladas aos cadernos são um elemento importante para que o seu conteúdo e a forma de o exprimir melhorem.

Pedimos aos nossos leitores, especialmente aos trabalhadores, que nos façam chegar as suas opiniões, as suas críticas e as suas perguntas escrevendo para:

**CADERNOS POLÍTICOS DE EDUCAÇÃO POPULAR
APARTADO 4153
LISBOA 4**

Esta obra foi composta e impressa para Iniciativas
Editoriais, em Janeiro de 1975, na Casa Portuguesa,
Rua das Gáveas, 109 - Lisboa.

As revoluções sociais não são feitas pelos indivíduos, pelos «grandes personagens», por muito brilhantes ou heróicos que sejam. As revoluções sociais são feitas pelas massas populares. Sem a participação das grandes massas não há revolução. É por isso que uma das tarefas mais urgentes neste momento é que os trabalhadores se eduquem, elevem o seu nível de consciência, se capacitem para responder às novas responsabilidades que surgem dentro do processo revolucionário que o nosso país vive.

Esta série de Cadernos de Educação Popular (CEP) propõe-se precisamente fornecer, sob uma forma acessível e ao mesmo tempo rigorosa, os instrumentos teóricos mais importantes para compreendermos o processo de modificação social e podermos delinear quais devem ser as características da nova sociedade que queremos construir.

Os sete primeiros títulos desta série são os seguintes:

- 1 — Explorados e Exploradores
- 2 — Exploração Capitalista
- 3 — Monopólios e Miséria
- 4 — Luta de Classes
- 5 — Imperialismo e Dependência
- 6 — Capitalismo e Socialismo
- 7 — Socialismo e Comunismo

Destes cadernos venderam-se centenas de milhares senão mais de meio milhão na América Latina

Talvez se trate da melhor obra existente de educação política popular.



INICIATIVAS EDITORIAIS

Av. Rio de Janeiro, 6 s/cave Esq.-Telef. 72 40 51-Lisboa 5